



**ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA  
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIAS EM SAÚDE**

**SILVIA CÁTIA RODRIGUES GONÇALVES**

**FILHOS (AS) DE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: A VIVÊNCIA EM UMA  
CASA DE ACOLHIMENTO.**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**Salvador/Bahia  
2017**

**SÍLVIA CÁTIA RODRIGUES GONÇALVES**

**FILHOS (AS) DE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: A VIVÊNCIA EM UMA  
CASA DE ACOLHIMENTO.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Tecnologias em Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública como requisito parcial para obtenção de título de Mestre em Tecnologias em Saúde.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Christiane Ferreira Bispo

**Salvador/Bahia**

**2017**

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas

G635      Gonçalves, Sílvia Cátia Rodrigues.  
Filhos(as) de mães privadas de liberdade: a vivência em uma casa de acolhimento / Sílvia Cátia Rodrigues Gonçalves. - 2017.  
    , 86 f. : il. Color. ; 30 cm  
Orientadora: Tânia Christiane Ferreira Bispo.

Mestre em tecnologias em Saúde 2017.  
Inclui bibliografia.

1. Mulheres encarceradas. 2. Criança. 3. Adolescentes institucionalizadas. 4. Criminalidade. 5. Liberdade.

I. Título.

CDU 343.914


**SILVIA CÁTIA RODRIGUES GONÇALVES**

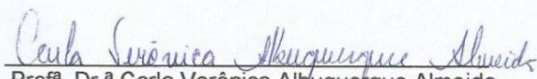
**“FILHOS(AS) DE MÃES PRIVADAS DE LIBERDADE: A VIVÊNCIA EM UMA  
CASA DE ACOLHIMENTO”**


Dissertação apresentada à Escola Bahiana  
de Medicina e Saúde Pública, como  
requisito parcial para a obtenção do Título  
de Mestre em Tecnologias em Saúde.

Salvador, 06 de setembro de 2017.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sumaira Midlej Pimentel Sá  
Doutora em Família na Sociedade Contemporânea  
Universidade Católica do Salvador

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Verônica Albuquerque Almeida  
Doutora em Educação e Contemporaneidade  
Faculdade Dom Pedro II

  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marilda Castelar  
Doutora em Psicologia (Psicologia Social)  
Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pelo dom da vida.

À minha orientadora Tânia Christiane Bispo Ferreira por me apresentar a temática que me agregou muito conhecimento e pelo acompanhamento.

Às professoras doutoras Sumaia Midlej, Marilda Castelar pela participação na banca de qualificação, pelas relevantes considerações e por aceitarem participar da banca examinadora.

À professora doutora Carla Verônica Almeida pela gentileza em aceitar a participação na banca examinadora.

Aos meus amados pais, Sílvio e Celeste por todo investimento, apoio, dedicação e amor. Vocês são meus exemplos de luta, persistência, caráter e trabalho digno. Obrigada por me apoiarem em tudo que projeto para minha vida e por sempre acreditar no meu potencial. O apoio de vocês foi fundamental para concluir mais essa etapa.

Aos meus irmãos Mônica, Diana e Sílvio, aos meus cunhados Paulo, Estácio, Mariana e Débora e, aos meus amados sobrinhos por estarem sempre ao meu lado nos momentos em que eu estava receosa.

Ao meu marido e amigo Maiquer pelo amor, carinho, atenção, parceria e compreensão da abdicação dos diversos momentos destinados ao lazer e pelas contribuições realizadas na construção da dissertação. Seu carinho e sua companhia em todos os dias deste trabalho foram fundamentais. Nosso desejo de crescimento pessoal e profissional é o alicerce para toda dedicação.

Aos meus amigos que entenderam minha ausência e, em especial, aos amigos João Paulo Bomfim, Tereza Leal, Consuelo D'Almeida, Carolina Menezes e Isis Veiga pelas preciosas contribuições.

À amiga Maria Luiza Soliani por todo estímulo e incentivo ao seguimento da docência.

As minhas colegas de Mestrado Mariane Dantas e Elisandra Carvalho.

Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas, sobretudo, com eles lutam.

Paulo Freire

## RESUMO

Referência: GONÇALVES, Sílvia; BISPO, Tânia. **TÍTULO:** Filhos (as) de mães privadas de liberdade: a vivência em uma casa de acolhimento.

**Introdução:** A criminalidade cresce em todo o mundo e a presença da mulher nesse contexto é cada vez maior. No Brasil são 37.380 mulheres em privação de liberdade e, considerando que muitas dessas são genitoras, é cada vez maior a presença de crianças nesse contexto prisional. O encarceramento materno pode impactar na vida dos filhos acarretando na mudança do cuidador, da casa, escola, afastamento do convívio familiar, da comunidade e na institucionalização da criança e do adolescente devido ausência de algum familiar que possa assumir a tutela ou guarda. O presente estudo integra um projeto maior intitulado de Nascer e Crescer atrás das grades: um olhar sobre a criança e adolescente no contexto prisional do Núcleo de Pesquisa Interface em Saúde **Objetivo:** Analisar a vivência de crianças e adolescentes filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento e, como objetivo secundário, investigar o cotidiano de criança e adolescente que residem na casa de acolhimento conhecendo as relações das crianças e adolescentes estabelecidas com cuidadores, com outras crianças, família, escola e comunidade. **Método:** Trata-se de uma pesquisa exploratória descritiva com delineamento qualitativo com crianças e adolescentes de 8 a 14 anos. As informações foram colhidas através da observação participante e de entrevista semiestruturada com os mesmos. Os dados coletados foram analisados e categorizados, resultando em categorias analíticas. **Resultados:** Emergiram três categorias analíticas: rotina, vínculos afetivos- que foi subdividido em vínculos institucionais e familiares- e escola. **Conclusão:** Foi possível identificar que as crianças e adolescentes foram institucionalizados devido a situação de privação de liberdade materna, porém as mães encontram-se em liberdade e as crianças e adolescentes continuam institucionalizados e que, apesar do grande desejo de ficar com as famílias, eles preferem ficar institucionalizados devido a garantia de moradia, comida, escola, segurança e de um futuro melhor. O estudo diminui a lacuna do conhecimento na temática filhos de mães privadas de liberdade, fomenta discussão de uma população que tem pouca visibilidade e orienta políticas públicas para sanar ou minimizar as dificuldades que os filhos vivenciam com a privação de liberdade da genitora.

**Descritores:** Filhos de mães privados de liberdade. Institucionalização. Criança e adolescentes institucionalizados. Mulheres encarceradas.

## ABSTRACT

Reference: GONÇALVES, Sílvia; BISPO, Tânia. **Title:** Sons and daughters, whose mothers have been deprived of their liberty: the experience in a host house.

**Background:** Criminality among women is rising around the globe. In Brazil there are 37,380 women deprived from their liberty and considering that many of these are mothers, the presence of children in this context is increasing. The absence of a mother can make a great impact on this children's lives, due to the fact that people from their family reject the guardianship of these children. This study integrates a larger project: to be born and to grow behind bars: a view on children and teenagers in the prison context of the Research Center Interface in Health. **Aim:** Analyze the experience of the children and teenagers, whose mothers are deprived of their liberty, in a host house. And, as a secondary achievement, analyze the routine and relation of the children with their caregivers, other children, family, school, and society. **Method:** The method is a deep descriptive research, which qualitatively portrays children and teenagers from eight to fourteen years. The information for the research, have been taken from observation and interviews with the participants. The collected data was analyzed and categorized, resulting in analytical categories. **Results:** Three analytical categories appeared: routine, effective links, which was subdivided into institutions and family links. **Conclusion:** It was identified that the children were institutionalized due to the deprivation of the liberty of their mothers. However, when the mothers gain their liberty again, their children prefer to stay on the host houses. Even though they have the desire of being with their families, they prefer to stay in the host house, due to the guarantee that they will have a place to sleep, food, school and hope for a better future. This study reduces the knowledge gap in the children of mothers deprived of freedom, it encourages discussion of a population that has little visibility. Also, it guides public policies to minimize the difficulties that these children experience when their mothers are deprived of their freedom.

**Key words:** Children of mothers deprived of their freedom. Institutionalization. Institutionalized children and teenagers. Incarcerated women.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> - Área de recreação.....	33
<b>Figura 2</b> - Vista lateral da sala de TV .....	33
<b>Gráfico 1</b> - Representação das categorias .....	39
<b>Quadro 1</b> - Característica da população do estudo .....	34

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>CNPCP</b>	Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária
<b>CONANDA/CNAS</b>	Conselho Nacional de Direito da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social
<b>ECA</b>	Estatuto da Criança e do Adolescente
<b>LEP</b>	Lei de Execução Penal
<b>NUPEIS</b>	Núcleo de Pesquisa Interfaces em Saúde

## APRESENTAÇÃO

A motivação para conhecer o universo infantil em minha vida aconteceu ao realizar a graduação de Fisioterapia. Foi quando tive oportunidade de conhecer mais sobre o desenvolvimento infantil e os aspectos que o envolvem. Durante esse percurso, sentia-me atraída por tudo que se relacionava a esse contexto.

Ao concluir a graduação, comecei a exercer a profissão na área de Pediatria. Com a Fisioterapia tive oportunidade de estimular o desenvolvimento motor de várias crianças em situações diversas e perceber como o desenvolvimento ocorria em cada situação. Porém, a vida me atraiu para o universo das Unidades de Terapias Intensivas em Neonatologia e Pediatria. Nessa área, trabalhei durante catorze anos da minha vida profissional, sendo que as crianças, nessas circunstâncias, encontravam-se em uma situação crítica de suas vidas. Associado ao exercício profissional no âmbito hospitalar, realizei atendimentos domiciliares e em uma clínica de estimulação precoce e fisioterapia respiratória.

Nesse ínterim, especializei-me em Fisioterapia Pediátrica e Neonatologia. A busca pelo conhecimento teórico e a associação com a prática motivavam-me cada vez mais e, embora provocassem uma sensação de realização profissional, ainda sentia que faltava alguma coisa. Quando, em 2004, iniciei na vida acadêmica como preceptora de estágio e posteriormente, como docente. Nessa trajetória, as vivências anteriores foram fundantes para o exercício da docência. Experimentei, finalmente, a enorme satisfação de transmitir aos discentes o que fui construindo ao longo do exercício da profissão.

Em 2013, convidada a assumir a coordenação do curso de graduação em Fisioterapia de uma Faculdade privada da cidade de Salvador- BA, desenvolvi uma experiência que tem proporcionado aprendizado significativo, principalmente, no tocante a ampliação do olhar sobre aspectos de gerenciamento e social. Como Coordenadora, tive, entre outras, oportunidade de elaborar o Projeto de Reformulação Curricular desta Instituição.

Transcorridos 18 anos de formação em Fisioterapia, senti necessidade de um maior aprofundamento de conhecimentos e de investimentos na área da pesquisa, motivos que me levaram a pleitear uma vaga no programa de mestrado em Tecnologia e Saúde da Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública.

Compreendendo saúde como algo mais amplo e complexo, e por considerar erando a importância dos determinantes sociais no processo saúde-doença, fui me aproximando-me de outras áreas do saber, tentando realizar ações concretas voltadas para a busca da equidade. Desta forma, iniciou-se o contato com o Núcleo de Pesquisa Interfaces em Saúde - NUPEIS, do projeto: “Nascer e Crescer atrás das grades: um olhar sobre a criança no contexto prisional” e da linha de pesquisa: “Atenção à saúde de pessoas em situação de vulnerabilidade”.

Através das atividades desenvolvidas no referido grupo de pesquisa tive oportunidade de me aproximar de crianças e adolescentes, filhos de mães em privação de liberdade e conhecer o abrigo em que viviam. Esta experiência despertou o interesse em conhecer mais profundamente quem são essas crianças, como vivem, como se relacionam com a família, com a comunidade e com os que cuidadores. Essas questões inquietaram-me e motivaram a buscar respostas. Dessa forma, pudemos compartilhar vários momentos e algumas histórias que me proporcionaram compreender um pouco mais do mundo de crianças e adolescentes institucionalizados.

A partir dessas vivências e dos conhecimentos pesquisados em artigos, dissertações e livros foi possível construir esta dissertação sobre a vivência de crianças e adolescentes institucionalizados, filhos de mães privadas de liberdade. Com isso percebi quanto o encarceramento da genitora marca e transforma as suas histórias de vida. Debruçar e refletir sobre esta temática durante esses anos possibilitou-me aprender sobre aspectos relevantes, perceber como a sociedade os ignora, e constatar a disparidade entre o que prevê a legislação vigente e a realidade.

Diante desse contexto, de muito aprendizado, das pesquisas realizadas e resultados obtidos, apresento a dissertação intitulada: Filhos (as) de mães privadas de liberdade: a vivência em uma casa de acolhimento.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2</b>	<b>OBJETIVOS</b> .....	15
<b>2.1</b>	<b>Objetivo geral</b> .....	15
<b>2.2</b>	<b>Objetivos específicos</b> .....	15
<b>3</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	16
<b>3.1</b>	<b>Aspectos históricos da institucionalização e da construção dos direitos da infância e da adolescência.</b> .....	16
<b>3.2</b>	<b>Institucionalização</b> .....	19
<b>3.3</b>	<b>Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner</b>	22
<b>3.4</b>	<b>Filhos (as) de mães privadas de liberdade</b> .....	26
<b>3.5</b>	<b>Filhos de privados de liberdade e a Teoria Bioecológica Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner</b> .....	30
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA</b> .....	32
<b>4.1</b>	<b>Caracterização do Abrigo</b> .....	32
<b>4.2</b>	<b>Características da população alvo</b> .....	33
<b>4.3</b>	<b>Aspectos Éticos</b> .....	34
<b>4.4</b>	<b>Coleta de dados</b> .....	35
<b>4.5</b>	<b>Análise de dados</b> .....	36
<b>5</b>	<b>RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	38
<b>5.1</b>	<b>Análise por categorias</b> .....	40
5.1.1	Vínculos Afetivos .....	40
5.1.1.1	<i>Vínculos Familiares</i> .....	43
5.1.1.2	<i>Vínculos Institucionais</i> .....	47
5.1.2	Rotina .....	52
5.1.3	Relação com a escola .....	57
<b>6</b>	<b>LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS</b> .....	65
<b>7</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	66
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	68
	<b>APÊNDICES</b> .....	77
	<b>ANEXOS</b> .....	83

## 1 INTRODUÇÃO

A criminalidade cresce em todos os países e o Brasil ocupa a quarta posição no ranking possuindo a quinta maior população prisional feminina do mundo<sup>(1)</sup>. Entre os anos de 2000 e 2014, houve um aumento de 567,4% de mulheres envolvidas com o sistema judiciário, o que, numericamente, representa 37.380 mulheres em situação de privação de liberdade<sup>(2)</sup> ao final de 2014. Considerando que muitas são genitoras, a presença de crianças envolvidas nesse contexto prisional aumenta, ocasionando um evento traumático que poderá repercutir na vida dos filhos.

Historicamente, a mulher é concebida como cuidadora dos filhos, o aprisionamento materno traz mais repercussão que o paterno pois, diante do encarceramento da genitora, surge a questão de como ficam os filhos. Nos Estados Unidos 37% dos pais ficam com os filhos quando a mulher é privada de liberdade<sup>(3)</sup>. Porém, no Brasil os dados do Censo Penitenciário Paulista revelam que 20% dessas crianças ficam com os pais e 40% com os parentes maternos<sup>(4)</sup>. Não existe um número específico de filhos para população carcerária brasileira feminina. Estima-se que, a cada dez pessoas privadas de liberdade, seis possuem filhos<sup>(1)</sup>. A ausência de dados para população de crianças e adolescentes que possuem mães em situação de privação de liberdade acarreta numa invisibilidade dessa população.

No Brasil, quando a mulher é privada de liberdade e o genitor não fica com o filho, existem três possibilidades com relação à guarda dos filhos que dependerá da idade da criança. Se a criança tiver de zero a seis anos pode ficar na creche no presídio, com família substituta ou em uma instituição de acolhimento<sup>(5)</sup>. A família substituta pode ser a família extensa que, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), constitui-se por parentes próximos que convivem com a criança e por ela possuem alguma afetividade<sup>(6)</sup>. Se o infante tiver acima de seis anos, as possibilidades são a família substituta e o sistema de acolhimento<sup>(5)</sup>.

Apesar da existência de legislação que garanta a permanência das crianças com as mães no presídio, existe divergência nas leis com relação ao seu período de com a genitora no sistema prisional<sup>(7-10)</sup>. Em virtude dessa discordância, na maioria das vezes, o infante permanece no ambiente prisional no período que compreende a

amamentação, conforme determina a Constituição Federal e o ECA<sup>(6,7,11,12)</sup>. Após esse período, a criança é encaminhada para a família ou para uma instituição de acolhimento<sup>(5)</sup>.

Embora existam poucos estudos sobre filhos de mães privadas de liberdade, a institucionalização pode se constituir como um fator de vulnerabilidade devido ao afastamento da genitora, mudança de casa, de escola, do cuidador e da formação dos vínculos afetivos ou pode se constituir em um fator protetivo, visto que muitos dos infantes que possuem parentes envolvidos com a criminalidade acabam vivenciando em seus lares situações que os colocam em contexto de risco<sup>(5,13-16)</sup>.

Apesar dos esforços em diminuir o número crianças e adolescentes institucionalizados no mundo, estima-se que oito milhões desses vivam em sistema de acolhimento<sup>(17)</sup>. No Brasil existem 47.211 crianças e adolescentes neste contexto<sup>(18)</sup>, embora o ECA preconize a institucionalização somente em caso excepcional<sup>(6)</sup>. Ainda de acordo com o Estatuto, esta deve ter caráter provisório, durando, no máximo, dois anos, a casa de acolhimento deve estimular a manutenção dos vínculos maternos, familiares e comunitários e, durante todo o período de institucionalização, tentar reinserir a criança ou adolescente no seu contexto social<sup>(6,19)</sup> a fim de que este não seja um fator a mais que contribua para os problemas encontrados na população institucionalizada como dificuldades cognitiva, social, psicológica e até mesmo, o envolvimento com o mundo da criminalidade<sup>(20-24)</sup>.

As ideias aqui expressas associadas à participação no grupo de pesquisa Núcleo de Pesquisa Interfaces em Saúde (NUPEIS), que desenvolve atividades com mulheres em situação de privação de liberdade, oportunizou a pesquisadora conhecer as crianças que residiam na casa de acolhimento vinculada ao presídio no dia em que visitavam suas mães no sistema prisional.

A partir desse contexto, na busca de ampliar as discussões sobre crianças em situação de acolhimento, emerge a questão investigativa: como vivem os filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento?

Assim, a presente dissertação “*Filhos de mães privadas de liberdade: a vivência em uma casa de acolhimento*” é um subproduto do NUPEIS que tem como objetivo principal, analisar a vivência de filhos (as) de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento.

Nessa perspectiva, a dissertação está organizada em seis capítulos, tendo a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner como fio condutor para o desenvolvimento das reflexões acerca da temática abordada. Seguindo uma sequência lógica, o primeiro capítulo apresenta um panorama do estudo, o segundo discorre sobre os objetivos e o terceiro traz uma contextualização da temática, com vistas a aproximar as questões que envolvem a institucionalização dos filhos de mães privados de liberdade.

O quarto capítulo apresenta os aspectos metodológicos que orientaram a pesquisa de campo, cujo contexto foi um abrigo na cidade de Salvador- Bahia, local em que a pesquisa foi realizada. Em seguida, foi feita a descrição do local, desde a chegada ao campo, nuances, a aproximação, questões éticas, seleção e descrição dos atores sociais participantes do estudo, assim como a construção, organização e categorização dos dados.

O quinto capítulo compreende a análise dos dados coletados durante a observação e das entrevistas realizadas, a fim de conhecer e analisar como as crianças e adolescentes institucionalizados vivem em um abrigo em Salvador e discutir os impactos do aprisionamento materno e da institucionalização.

Nas considerações finais, realiza-se uma síntese do trabalho apresentado, com referências relativas à busca de caminhos para a superação de dificuldades de crianças e adolescentes institucionalizados, além de reflexões que possam instigar estudos futuros.

Dessa forma, o presente estudo visa analisar como vivem essas crianças e adolescentes e as relações estabelecidas, a fim de diminuir a lacuna do conhecimento, contribuir para formação de políticas públicas e fomentar discussões acerca de uma população que tem pouca visibilidade na sociedade.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 Objetivo geral**

Analisar a vivência de filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento vinculada ao presídio.

### **2.2 Objetivos específicos**

Investigar o cotidiano das crianças e adolescentes que residem em uma casa de acolhimento.

Analisar as relações das crianças e adolescentes estabelecidas com os cuidadores, com as outras crianças, família, escola e comunidade.

### 3 REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 Aspectos históricos da institucionalização e da construção dos direitos da infância e da adolescência.

A história infantil no mundo foi marcada por escravidão, abandono, exploração de mão de obra, institucionalização, abuso sexual, violência e luta pela sobrevivência<sup>(25)</sup>, partindo do princípio que a criança, por ser frágil e dependente, era mal vista pela sociedade. O período da infância era reduzido, mal conseguia sair do desembarco físico e era inserida ao universo adulto<sup>(26)</sup>. Os pais tinham plenos poderes sobre os seus filhos, eles podiam vender, abandonar, mutilar ou mesmo tirar a vida, pois a criança não era vista como sujeito com direitos<sup>(26)</sup>.

A Roda dos Expostos explana bem a concepção que era dada a infância. O sistema de Roda foi uma das instituições mais duradouras de assistência à criança, criada no século XIII na Europa, chegou ao Brasil em 1543 e durou até 1950. Instituída pela Santa Casa da Misericórdia no Brasil, tinha como propósito salvar as crianças enjeitadas do infanticídio, cujo mecanismo de roda permitia o anonimato de quem abandonava suas crianças<sup>(27)</sup>.

A grande motivação da assistência às expostas ou enjeitadas, como eram conhecidas as crianças deixadas na roda, era de salvação a vida<sup>(27,28)</sup>. Essas crianças eram encaminhadas para amas de leite alugadas, que recebiam uma pequena quantia para delas cuidarem até completarem sete anos. Após esse período, aguardavam a decisão do juiz com relação ao seu destino e muitas ficavam nas ruas, outras tantas não conseguiam sobreviver<sup>(27-29)</sup>. Famílias ricas, pobres e rurais acolhiam essas crianças com o objetivo de lhes salvar a alma e adquirir futura mão de obra na lavoura ou nos serviços domésticos <sup>(27,30)</sup>.

No século XIX, o sistema de Roda dos Expostos, juntamente com a promulgação das leis do Ventre Livre e Áurea, aumenta a criminalidade, a mortalidade e o abandono infantil<sup>(27,30,31)</sup>. A sociedade começa a relacionar pobreza à periculosidade e a falta de condições de cuidar dos filhos<sup>(13,31,32)</sup>. No século XX, com a industrialização do país, foram inseridas práticas educativas na assistência ao “menor”<sup>(27,29)</sup>. Aprender um

ofício era uma maneira de retirar o infante das ruas, diminuir a criminalidade e ser útil a nação por se constituir mão de obra acessível<sup>(27)</sup>.

No âmbito mundial, discussões surgem com relação à criança, à assistência dada a ela e ao poder do Estado sobre as mesmas. Em 1923, a Declaração de Genebra instituiu a Liga das Nações para assegurar condição de desenvolvimento infantil<sup>(25,29)</sup>. A primeira legislação específica para criança e adolescente no Brasil foi o Código de Menores<sup>(13)</sup>, promulgada em 12 de outubro de 1927.

Com a nova legislação, o Estado passou a ser responsável legal pela criança órfã e desamparada e estabeleceu controle e disciplina para o “menor delinquente”. Médicos e juristas estavam alarmados com a mortalidade e delinquência infantil<sup>(27)</sup>. Surgem instituições com caráter correccional, punitivo e repressivo, equivalentes ao sistema penitenciário, para a população com menos de 18 anos de idade, visando o controle, sem distinção entre “menor carente” e “menor infrator”<sup>(13)</sup>.

Esse decreto constituiu um marco na história infantil por ser uma legislação específica que proibia o trabalho antes dos doze anos e o fim da Roda dos Expostos. No entanto, existia uma distância entre a legislação e a realidade, pois, apesar da lei determinar o fim da Roda dos Expostos em 1927, na prática, o término só ocorreu em 1950.

Em 1946 foi concebida a United Nations International Child Emergency Fund (UNICEF) propondo melhorias na condição de vida da criança e do adolescente. No ano de 1959, as Nações Unidas publicaram a Declaração Universal dos Direitos da Criança tornando-a prioridade absoluta e sujeitas de direito. Dessa forma, a exploração e o abuso infantil passaram a ser rigorosamente combatidos<sup>(25,27,13)</sup>.

No Brasil, a sociedade começa se articular em prol dos direitos infantis<sup>33</sup>, o que repercutiu no Código de Menores de 1979, configurando-se em uma revisão do Código de Menores de 1927, ratificando plenos poderes aos juízes para definirem sobre o destino de crianças e adolescentes pobres e abandonados, na época, conhecidos como “menores em situação irregular”. Para estes, que ficavam perambulando pelas ruas, representando riscos para a sociedade, a opção que

restava era viver numa instituição repressiva, punitiva, com tratamentos massificados, rotinas inflexíveis e privação da liberdade<sup>(13,29,30)</sup>.

Na década de 1980, com a democratização do país, ocorre abertura para discussões acerca da assistência oferecida aos infantes, bem como sobre o problema social, o futuro do país e o Código de Menores. Seminários, debates, publicações, rebeliões dos adolescentes institucionalizados e movimentos da sociedade civil favoreceram a abertura das instituições para a comunidade, passando a oferecer um regime semiaberto e corroborando para novas perspectivas para o direito infantil<sup>(13)</sup>.

Em 1988 foi promulgada a Constituição Federal na qual o artigo 227 estabelece que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à liberdade, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de salvar de toda negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"<sup>(7)</sup>.

O surgimento do ECA, em 1990, substituiu o Código de Menores de 1979. Este, foi alicerçado pela Carta Magna e pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989, na qual os países foram obrigados por lei fornecer assistência aos pais no cumprimento das obrigações infantis<sup>(29,33)</sup>. O ECA objetivava assegurar os direitos para todas as crianças. A desinstitucionalização, o combate ao tratamento punitivo, repressivo e a valorização do convívio familiar e comunitário foram alguns dos direitos conquistados<sup>(6,14)</sup>.

Com isso, a institucionalização passa a ser uma medida protetora, concebida após esgotamento dos recursos para manutenção da criança no seio familiar, devendo ter caráter provisório e não ultrapassar mais de dois anos<sup>(6)</sup>. A reintegração à família de origem ou à família substituta, que pode ser família ampliada, deve ser assegurada à criança, o mais breve possível<sup>(6,14)</sup>. A condição social dos pais não já não pode ser mais um fator impeditivo da guarda dos filhos. O Estado deve inserir os pais em programas sociais como de habitação e de trabalho, por exemplo, a fim de que possam cuidar dos seus filhos<sup>(6,14,19,31)</sup>.

### 3.2 Institucionalização

A institucionalização consiste em uma medida protetiva com o objetivo oferecer assistência à crianças ou e adolescentes em situação de risco como maus tratos, prisão parental, negligência e/ou incapacidade dos pais em proporcionar condições de desenvolvimento<sup>(13,14)</sup>.

Apesar de a legislação ter como objetivo diminuir a separação das crianças de suas famílias, estima-se que 8 milhões de crianças estão crescendo sob cuidados de instituições no mundo<sup>(17)</sup>. No Brasil, apesar da repercussão que a legislação trouxe na temática desinstitucionalização, atualmente existem 47.211 crianças institucionalizadas em 4.200 unidades de acolhimento infantil<sup>(18)</sup>. No estado da Bahia são 1.547 crianças em 110 estabelecimentos<sup>(18)</sup>. Segundo dados levantados no ano de 2013, das crianças abrigadas daquela época, 30% eram decorrentes da situação de ausência dos pais por prisão<sup>(34)</sup>. Dados levantados no ano de 2013 apontam que a ausência dos pais por prisão<sup>(34)</sup> era responsável por 30% das crianças em situação de abrigo naquela época.

O expressivo número de crianças privadas do cuidado parental ratifica, como nos séculos passados, o quanto a pobreza ainda é um dos grandes fatores predisponentes para o acolhimento das mesmas<sup>(29,34)</sup>. No levantamento realizado por Silva e Aquino<sup>(35)</sup> em 2004, foi evidenciado que (86,7%) das crianças e adolescentes institucionalizados tinha família, mas que estas, não podiam cuidar dos filhos por causa da pobreza. No entanto, a justificativa para separação dos familiares está na violação dos direitos devido a desestrutura e negligência familiar<sup>(35,36)</sup>. Esse dado pode ser constatado na motivação do abrigamento, 80% dos casos de institucionalização são provenientes da falta de cuidado dos pais, o que não difere do que se observa pelo mundo, visto que desamparo, abandono e abuso, nos primeiros anos de vida, constituem as principais causas de institucionalização mundial<sup>(37)</sup>. Normalmente, existe mais de uma razão que justifique a saída da criança ou do adolescente do ambiente familiar<sup>(38)</sup>. No Brasil, outras motivações frequentes são dependência química, abandono, violência doméstica e abuso sexual<sup>(34)</sup>.

A política de atendimento à criança e ao adolescente vem passando por transformações. Em 2013, instituições não governamentais, de caráter religioso, representavam 58,1% da totalidade nacional<sup>(39)</sup>, menor que em 2003, quando a assistência ao infante representava 68% dos serviços prestados pelas instituições de acolhimento<sup>(35)</sup>. Esses números expressam como, no decorrer do tempo, a assistência caritativa e filantrópica, que marcou a história infantil foi, aos poucos, substituída pelas instituições do Estado<sup>(39)</sup>.

Entre os tipos de guarda, o mais encontrado no país é o de acolhimento institucional, diferentemente dos países desenvolvidos, onde o mais comum é o acolhimento familiar, no qual as crianças são inseridas em residências de famílias acolhedoras<sup>(34)</sup>. Esse quadro contradiz o que preconiza o ECA ao priorizar o programa de acolhimento familiar em detrimento do institucional<sup>(14)</sup>.

De acordo com o Levantamento Nacional das Crianças e Adolescentes em Serviços de Acolhimento, a maioria das crianças permanece no serviço institucional por mais de dois anos. Crianças entre dez e dezessete anos representam a maioria, assim como, a proporção do sexo masculino do feminino. Quadro decorrente do fato de a maioria desses não se enquadrar no padrão desejado para adoção por serem meninos, afrodescendente e com idade entre 7 e 15 anos<sup>(35)</sup>, o que resulta em um afastamento prolongado do seio familiar e revoga o caráter provisório do acolhimento estabelecido em legislação<sup>(6,14)</sup>.

A institucionalização desperta discussões acerca da privação do convívio familiar e comunitário. As relações familiares proporcionam construções de vínculos afetivos, duradouros e seguros, e desempenham um papel importante do ponto de vista psicossocial; pois, na família, questões morais, ideológicas e religiosas são debatidas, formando a consciência pessoal e o alicerce emocional para relações que serão vividas em sociedade<sup>(40-42)</sup>.

É comum entre autores ressaltar-se a importância dos vínculos afetivos nos primeiros anos de vida e como a falta desta vinculação pode acarretar problemas na construção da subjetividade e do desenvolvimento infantil<sup>(40,43-45)</sup>. Crescer sem uma base de convívio segura, pode implicar risco para o desenvolvimento infantil. Segundo

Bowlby<sup>(43)</sup>, para que o desenvolvimento social e emocional ocorra é necessário construir uma relação de apego seguro em um ambiente estruturado, proporcionando à criança confiança e segurança em si e naqueles com quem convive.

Nessa perspectiva, a depender da situação familiar vivenciada pela criança ou adolescente, o abrigo pode constituir-se numa medida de proteção<sup>(13)</sup>. O convívio em um ambiente com conflitos conjugais, ações agressivas e drogas pode levar a criança desenvolver problemas de comportamento e baixo rendimento escolar<sup>(15,16,46)</sup>. Em alguns casos, o fato do pai ou da mãe estar em situação de privação de liberdade se constitui um alívio para a criança que está sofrendo de maus tratos e violência<sup>(47)</sup>. Assim, o abrigo pode e deve ser um ambiente protetivo para o desenvolvimento, estimulador e se estabeleça uma relação significativa de acolhimento com o cuidador, e que assegure as trocas sociais e afetivas importantes para os que estão privados da família<sup>(40,48)</sup>.

Para que a instituição constitua-se em um ambiente protetor do desenvolvimento infantil, o ECA e o Conselho Nacional de Direitos da Criança e Adolescente e o Conselho Nacional de Assistência Social (CONANDA/CNAS) preconizam que o atendimento ao infante seja em pequenos grupos, personalizado, preservando os vínculos familiares, estimulando sua participação na vida comunitária e que pessoas da comunidade participem do processo educativo. Em paralelo, que não separe a criança ou adolescente dos irmãos e evitar, sempre que possível, a sua transferência para unidades distintas<sup>(14,19)</sup>.

Entretanto, estudos mostram uma realidade diferente, abrigo com condições socioeconômicas precárias, ausência de contato familiar, rotinas inflexíveis, privação do afeto parental, período prolongado de institucionalização, limitação de espaço físico, segregação social e rotatividade de funcionários. Estes, são alguns dos pontos evidenciados e que podem repercutir negativamente na experiência de se viver em acolhimento quanto aos aspectos do desenvolvimento social, cognitivo, emocional e físico dos assistidos<sup>(13,49,51-53)</sup>.

Considerando que na maioria das vezes as crianças chegam à casa de acolhimento no primeiro ano de vida, conviver em um ambiente inadequado pode comprometer a

capacidade de criar vínculos. Circunstância evidenciada em alguns estudos com crianças que residem em serviços de acolhimento e apresentam menos apego seguro quando comparadas às que vivem com a família<sup>(52-55)</sup>.

O processo de institucionalização pode representar uma ruptura de laços e ser, ou não, um fator nocivo. Atributos que o sujeito possui são capazes de os preparar para ultrapassar as adversidades e conseguir se desenvolver dentro dos parâmetros esperados. Essa capacidade de superação está relacionada a fatores internos e externos<sup>(56,57)</sup> como reponsabilidade, bom humor, motivação, boa relação interpessoal, acesso à educação, afetividade e à rede de apoio são alguns dos fatores que corroboram para o processo de resiliência e o desenvolvimento adaptativo<sup>(56-58)</sup>.

A rede de apoio se configura como um fator protetivo porque proporciona a formação de vínculos afetivos que muitas vezes estão fragilizados. A família se configura como a primeira rede de apoio do indivíduo, no caso do abrigado, a instituição assume esse papel. Com o passar do tempo, essa rede amplia-se para a escola, comunidade, igreja e todos os espaços onde os vínculos afetivos podem ser constituídos, reorganizando o ambiente no qual a criança ou adolescente vive, proporcionando bem estar e maior capacidade de superação dos problemas<sup>(57,58)</sup>.

Nessa perspectiva, torna-se relevante a exigência das legislações vigentes em relação à abertura do sistema de acolhimento para o meio externo. É importante conhecer a interação da criança com os ambientes em que vive, porque o desenvolvimento humano constitui-se a partir da reciprocidade entre os aspectos biopsicológicos e ambientais, nesse caso, desde o ambiente mais próximo ao mais remoto<sup>(40,59)</sup>. Assim, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner foi escolhida como fundamentação teórica dessa pesquisa.

### **3.3 Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner**

Urie Bronfenbrenner (1917-2005), nascido na Rússia, ainda criança foi para os Estados Unidos onde morou até falecer. Filho de pai médico e cientista e de mãe apreciadora das artes, viveu com seus pais em uma vila rural para tratamento de pessoas com sofrimento psíquico. Na fase escolar, conviveu com crianças de vários



grupos étnicos e sociais que proporcionaram experiências multiculturais e contribuíram para o seu olhar observacional, complexo e de interdependência do desenvolvimento. Em 1938 colou grau simultaneamente em Psicologia e Música pela Universidade de Cornell. Em 1940 tornou-se Mestre pela Universidade de Harvard e sete anos depois, Doutor pela Universidade Michigan, no campo da Psicologia. Na década de setenta transformou-se em um dos principais teóricos sobre a Psicologia do Desenvolvimento Humano<sup>(60,61)</sup>.

Estudioso do desenvolvimento humano e da sua relação com os ambientes naturais, Bronfenbrenner foi o percussor da Abordagem Ecológica do Desenvolvimento Humano. Sua teoria preconiza o ambiente no seu âmbito natural e analisa as pessoas com relação ao meio ambiente com suas propriedades mutantes em que o desenvolvente vive. Nessa teoria, pouca ênfase era dada ao sujeito. Posteriormente, Bronfenbrenner inseriu os aspectos biológico e psicológico, influenciado pela percepção do indivíduo com relação ao ambiente, objetos e símbolos da Teoria de Campo de Kurt Lewin, como parte importante desse processo de desenvolvimento, denominando de Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano<sup>(40,61)</sup>.

Dessa forma, a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano consiste na bidirecionalidade da pessoa e do ambiente, ou seja, as características da pessoa e do ambiente interagem produzindo alterações mútuas no decorrer do tempo<sup>(40,53,59)</sup>. Para Bronfenbrenner<sup>(40)</sup> o desenvolvimento é o produto dessa interação e o define como:

[...] o processo através do qual a pessoa desenvolvente adquire uma concepção mais ampliada, diferenciada e válida do meio ambiente ecológico, e se torna mais motivada e mais capaz de se envolver em atividades que revelam suas propriedades, sustentam ou reestruturam aquele ambiente em níveis de complexidade semelhante ou maior de forma e conteúdo. (2005, p.23)

O delineamento teórico e metodológico do modelo bioecológico está fundamentado em quatro aspectos dinâmicos e inter-relacionados: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo.

O **Processo** se constitui na interação da pessoa com o contexto, está relacionado aos diversos papéis e atividades do desenvolvente no ambiente, proporcionando

desenvolvimento social, emocional, intelectual e moral. Para os processos acontecerem é necessário que atividades progressivamente mais complexas ocorram em uma base estável em por longos períodos. Esse padrão duradouro de interação é chamado de processo proximal, constituindo-se na força motriz primária do desenvolvimento. Para efetivar os processos proximais, é necessário existir uma relação de reciprocidade, apego mútuo, encorajamento e motivação da criança em atividades relacionadas ao meio físico, social e a imaginação. A vinculação mútua conduz a internalização das atividades e dos sentimentos<sup>(40)</sup>. Características pessoais e ambientais dão forma, conteúdo, direção e poder para que o processo proximal produza desenvolvimento no decorrer do tempo<sup>(40)</sup>. O processo proximal está sujeito aos resultados, positivo ou negativo, da interação pessoa e o ambiente. Quando positivo, vai gerar conhecimento, habilidade e competência em conduzir seu próprio comportamento e de outras pessoas. Quando negativo, gera disfunção no autocontrole e manutenção do comportamento em diferentes domínios<sup>(40,61,62)</sup>.

O segundo aspecto é **Pessoa**, e se refere às características biológicas e psicológicas que consistem nas qualidades pessoais que convidam ou desencorajam as interações com o ambiente. Assim, as características bioecológicas são tanto produtos como produtoras do seu desenvolvimento e dão forma, força e direção para os processos proximais. Bronfenbrenner reconhece a influência da herança genética nos processos proximais, porém, deu mais enfoque a três grupos de características que são força, recurso bioecológico e demanda. O primeiro grupo é força e consiste na disposição interna que impulsiona e mantém os processos proximais, podendo ser propulsora ou desencorajadora. A propulsora são características desenvolvimentais geradoras, como curiosidade, encorajamento para as atividades solitárias ou em grupo, segurança e capacidade de cumprir metas em longo prazo. A força desencorajadora, segundo o modelo, chamada de força disrupta representa acanhamento, hostilidade, insegurança, desatenção, entre outros<sup>(61,62)</sup>. O segundo grupo refere-se aos recursos bioecológicos, envolve qualidades ou limitações que influenciam nos processos proximais no decorrer do desenvolvimento e não estão relacionados à disposição para ação, estão ligados ao psicológico. Competência, habilidade, conhecimento e experiência são características de qualidade e defeitos genético, físico e mental de limitação. Por último, a característica de demanda, que associada ao aspecto físico

da pessoa como idade, etnia, gênero, vai convidar ou desencorajar as reações do ambiente social favorecendo ou repelindo os processos proximais<sup>(62)</sup>.

O terceiro aspecto é **Contexto**, que consiste no ambiente ecológico, do mais próximo ao mais remoto, no qual o indivíduo está inserido e o desenvolvimento ocorre<sup>40,59,62</sup>. O meio ecológico é concebido por Bronfenbrenner como várias estruturas encaixadas uma dentro da outra e que tem o poder de influenciar no desenvolvimento do indivíduo. A inter-relação dos meios ecológicos é referida como um microssistema que compreende o contexto imediato no qual a pessoa está inserida, permitindo que aconteça um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais, como a escola e a família, para uma criança, por exemplo. É nesse contexto que a relação face a face se estabelece, efetivando os processos proximais e produzindo o desenvolvimento; o mesossistema é uma rede de microssistemas, são as inter-relações dos ambientes. Essa rede é estabelecida sempre que a pessoa participa ativamente de um novo ambiente assumindo papéis diferentes, a exemplo: da família e da escola<sup>(40,59,62)</sup>. Essas interações podem se configurar como formação da rede social da pessoa. Já o exossistema, constitui-se no ambiente do qual a pessoa não participa ativamente, embora sofra influência no comportamento e desenvolvimento. Bronfenbrenner considera três importantes exossistemas exercendo influência no desenvolvimento da criança; o trabalho dos pais, a rede de apoio social e a comunidade. Por sua vez, o macrossistema engloba toda a ecologia, cultura, ideologia, política, crença, economia e valores, tudo que afeta indiretamente as inter-relações e a qualidade de vida<sup>(40,59,62)</sup>.

O último aspecto é o **Tempo**, denominado de cronossistema, o qual, consiste no conhecimento das mudanças que ocorreram no decorrer do ciclo da vida. Existem três níveis sucessivos: microtempo, envolvido nas relações imediatas, no presente; o mesotempo, que é a periodicidade traduzida em dias e semanas; e o macrotempo, que consiste na temporalidade no âmbito amplo dos fatos ocorridos na sociedade, através das gerações<sup>(40,59,61,62)</sup>.

Na teoria bioecológica a influência dos ambientes representa um importante papel para o desenvolvimento, mas a ênfase maior ocorre nas diferentes formas de interação das pessoas, constituindo-se, a díade, uma premissa básica da análise do modelo bioecológico. Bronfenbrenner preconiza que a díade ocorre quando duas pessoas observam a atividade uma da outra ou delas participam<sup>(40)</sup>. A díade é o

alicerce do microsistema e serve como precursora das tríades, tétrades e assim por diante. A díade pode assumir três formas. A **díade observacional** significa que uma pessoa presta atenção à atividade exercida pelo outro e o outro reconhece o interesse demonstrado pelo que está fazendo. A **díade conjunta** é uma relação diádica mais ativa em relação a observacional, já que na díade conjunta os dois participantes estão fazendo alguma atividade juntos. A díade conjunta serve de motivação para o aprendizado, pois estimula a reciprocidade, exerce o equilíbrio de poder e favorece a relação afetiva. A reciprocidade pode acontecer em qualquer relação diádica e a influência de um participante sobre o outro vai intensificar o processo de aprendizado. O equilíbrio de poder tem importância no processo desenvolvimental porque proporciona à criança experimentar uma relação de poder diferente, ou seja, um participante tem mais influência e exerce o controle sobre a situação. A relação afetiva ocorre nas relações diádicas quando os participantes desenvolvem sentimentos que podem ser positivos, negativos, ambivalentes e assimétricos. Quando o sentimento é positivo significa o prenúncio para estabelecer a díade primária. A **díade primária** é mais duradoura porque ela continua a existir e influenciar os participantes mesmo quando não estão juntos, possibilitando aquisição de conhecimento, habilidades e valores, quando as díades primárias são estabelecidas<sup>(40,59)</sup>.

Outro ponto importante do processo desenvolvimental refere-se à mudança de papel, de ambiente ou ambos, que ocorre com a pessoa ao longo de toda uma vida, denominado de **transição ecológica**. Esta, se configura tanto como consequência quanto como instigação para o desenvolvimento<sup>(40,59)</sup>. A entrada na escola, a chegada de um irmão, a mudança de casa e do cuidador são alguns exemplos de transição ecológica.

### **3.4 Filhos (as) de mães privadas de liberdade**

O Brasil possui a quarta maior população carcerária do globo, ficando apenas atrás dos Estados Unidos, China e Rússia<sup>(1)</sup>. O aumento da população carcerária feminina brasileira do ano de 2000 para 2014 foi de 567%. Trata-se de 37.380 mulheres privadas de liberdade ao final de 2014, ocupando o quinto lugar no mundo<sup>(1)</sup>. Na Bahia, são 587 mulheres em situação de privação de liberdade<sup>(1)</sup>. Considerando que muitas

são genitoras, a experiência de crianças e adolescentes de ter mães privadas de liberdade aumenta a cada dia<sup>(5)</sup>.

Estima-se que nos Estados Unidos existam entre dois a três milhões de crianças com pais encarcerados<sup>(3)</sup>. No Brasil não existe um número preciso de crianças que possuem pais encarcerados, mas se acredita que seis, em cada dez pessoas em situação de privação de liberdade, tenham de um a dois filhos<sup>(2)</sup>. Apesar do aumento das mulheres envolvidas com o judiciário, não existe uma estimativa específica para a população feminina<sup>(1,2)</sup>, ocasionando invisibilidade das crianças e adolescentes que possuem mães envolvidas nesse contexto, ausência de legislação específica e de padronização de atendimento, deixando-os sujeitos a vários arranjos de guarda que podem não corresponder às suas necessidades<sup>(5)</sup>.

A caracterização dessa população carcerária é de mulheres negras, solteiras, com idade entre 18 e 24 anos e ensino fundamental incompleto. O tipo de delito mais praticado é o tráfico de entorpecentes<sup>(1)</sup>. Geralmente, essas mulheres vivem em estado de pobreza e a maioria tem emprego informal<sup>(1,12)</sup>. São inseridas na criminalidade pela influência do namorado ou marido e, diante do aprisionamento deles, são obrigadas a se envolver, ocupando um lugar coadjuvante no crime, atuando no transporte de drogas ou em pequenos comércios para garantir o sustento da família<sup>(12)</sup>.

O encarceramento afeta, não só ao detento, mas a toda sua família<sup>(2)</sup>. A separação dos filhos por um evento criminoso constitui-se num evento traumático e pode acarretar alteração até na vida adulta dos filhos<sup>(63-65)</sup>. Embora a repercussão aconteça com os filhos de pais e mães privados de liberdade, a presente pesquisa vai dar enfoque aos filhos de mães encarceradas, por reconhecer que historicamente, a mulher é concebida como a principal cuidadora dos filhos<sup>(66)</sup>. Conforme o Censo Penitenciário Paulista, quando o homem é preso 87% das mulheres ficam com os filhos. Quando as mulheres são presas, apenas 20% dos homens ficam com os filhos e 40% deles ficam com os parentes maternos<sup>(4)</sup>. Os pais raramente assumem a guarda dos filhos quando a mãe é privada de liberdade, como também é frequente o desamparo do parceiro e da família diante do aprisionamento feminino<sup>(47)</sup>.

No momento da prisão, a mulher que possui filho de zero a seis anos tem três opções com relação à guarda da criança: a creche do presídio, uma família substituta, que pode ser a família ampliada ou uma instituição de acolhimento. Nos casos de filhos acima de seis anos, as possibilidades são a família ampliada ou o sistema de acolhimento<sup>(5)</sup>. A lei 12.962, do ECA, sancionada em 2014, determina que a condenação do pai ou da mãe não implicará na destituição do poder familiar, salvo em crime doloso, contra o próprio filho<sup>(67)</sup>. No caso de impossibilidade da permanência da criança com a mãe, a guarda pode ser deferida a uma terceira pessoa, sem a perda do poder familiar<sup>(66)</sup>.

No que concerne às disposições legais, o ECA e a Constituição Federal garantem às presidiárias condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período que compreende ao da amamentação<sup>(6,7)</sup>. Para que esse direito seja assegurado, a Lei de Execução Penal (LEP), em seu artigo 83, § 2 e o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), Resolução 3, artigo 5, determinam que, para abrigar essas crianças menores de dois anos, os estabelecimentos penais femininos devem garantir espaço de berçário de até quatro leitos por quarto para as mães e suas respectivas crianças, com banheiros que comportem banheiras infantis, espaço para área de lazer e abertura para área descoberta<sup>(8,9)</sup>. O artigo 7 do CNPCP estabelece que, para acolher menores até sete anos, a genitora deve estar em unidades materno-infantis com dormitório para mãe e para criança e que possua brinquedoteca, abertura para área descoberta e participação da criança em creche externa<sup>(8)</sup>. A realidade, entretanto, diverge, já que, na maioria dos presídios destinados à população feminina, os ambientes são improvisados e adaptados para atender essa população, não se constituindo em um lugar adequado para o desenvolvimento infantil, vez que, muitos desses espaços eram ocupados antes pelo público masculino<sup>(11,12)</sup>.

Apesar de o Brasil ter participado ativamente na criação das Regras de Bangkok em 2010 e ter assumido internacionalmente o compromisso de cumpri-las, somente em 2016, o governo brasileiro traduziu para o português as Regras que foram compactuadas pelas Organizações das Nações Unidas. Essas, visam estabelecer medidas para o tratamento de mulheres presas como cuidados com a saúde mental,

das gestantes, lactantes e filhos das mesmas, bem como, medidas não privativas de liberdade para mulheres que cometem infrações<sup>(10)</sup>.

As Regras de Bangkok propõem um olhar diferenciado para o encarceramento feminino, mas ainda não foram efetivadas como políticas públicas no país. Porém, no ano de 2014, foi instituído pelo governo o Plano de Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional com intuito de discutir e assegurar melhores condições de aprisionamento, respeitando as especificidades de gênero, idade, etnia, orientação sexual, maternidade, entre outros, como atividades visando fortalecer o vínculo da mulher em situação de privação de liberdade com seus familiares e assegurar os direitos dos seus filhos<sup>(68)</sup>.

Com relação ao tempo de permanência da criança no presídio, a legislação brasileira apresenta divergência, pois o CNPCP e a LEP garantem a permanência até completar sete anos e o ECA e a Constituição Federal referem ao período de amamentação, sem estabelecer os meses de vida<sup>(6,7,9,18)</sup>. Por isso, Santa Rita, em seu estudo, discorre sobre a necessidade de uma legislação que assegure o tempo de permanência da criança com a mulher, não permitindo que cada estado estabeleça o prazo de acordo com o entendimento da legislação<sup>(12)</sup>. Na Bahia, de acordo com o ECA e a Constituição Federal, as crianças permanecem no presídio no período que compreende a amamentação e após esse período, as crianças são encaminhadas para família ampliada ou casa de acolhimento<sup>(6,7)</sup>.

Contextualizando a questão da permanência da criança com a genitora no sistema prisional no âmbito mundial, não existe um padrão internacional. Na China, a lei determina que as mulheres grávidas ou com crianças pequenas não devem começar seu mandato antes da criança completar os doze anos. Na Itália, mulheres grávidas não são presas e as crianças podem ficar com a genitora até os seis anos. Nos Estados Unidos, a depender do estado, não é permitida a privação de liberdade da genitora até a criança ter três anos. Nos estados que permitem, as mães dividem o quarto com outras mães e bebês e os berçários são estruturados para assegurar as necessidades e os cuidados básicos. No Japão, o tempo de permanência é até um ano. Na Alemanha, 3(três), 4(quatro) ou 6(seis) anos, a depender da instituição. Como

pode ser verificado, em alguns países, o tempo de permanência das crianças com as mães no sistema prisional varia de seis meses a sete anos<sup>(66,69)</sup>.

Portanto, a questão da permanência dos filhos com as genitoras no sistema prisional é discordante, tanto no âmbito interno como no âmbito externo. Mas, quando finda o prazo, a criança ou adolescente será encaminhado para a família estendida ou para uma casa de acolhimento. Ao experienciar a separação, a criança ou adolescente sofrerá ruptura do vínculo, uma nova inserção ecológica e alteração do ecossistema que vai ter, no mesossistema, um microssistema envolvido com violência, punição, estigma e segregação social que poderá repercutir em todo seu desenvolvimento<sup>(47)</sup>.

### **3.5 Filhos de privados de liberdade e a Teoria Bioecológica Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner**

A Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner refere-se ao desenvolvimento de forma dinâmica, sistêmica, interdependente, com trajetórias múltiplas, a depender das características pessoais, das relações estabelecidas e dos contextos envolvidos<sup>(40,62)</sup>. Quando a mãe, em decorrência da prática de um crime, é privada de liberdade, o fato do filho ser assumido pela família estendida, encaminhado para o presídio ou para uma instituição de acolhimento, reconfigura o ambiente da criança ou adolescente e constitui uma transição ecológica para ambos, podendo acarretar no comprometimento da díade primária estabelecida o que repercutirá no seu desenvolvimento<sup>(5)</sup>.

Bronfenbrenner considera a família como o primeiro microssistema que funciona como fonte de apoio emocional dos filhos, seguido de outros membros adultos da família e, por conseguinte, amigos e vizinhos. Para que o desenvolvimento ocorra é preciso que exista reciprocidade das relações e que esta ocorra em um período prolongado de tempo. Outro ponto relevante da teoria é a percepção do indivíduo com relação às pessoas, objetos e os contextos envolvidos<sup>(40,59)</sup>.

Nessa perspectiva, estudos mostram que, quando a criança ou o adolescente é institucionalizado, seus ecossistemas alteram-se, a instituição passa a ser o microssistema central e relações afetivas terão que ser construídas para que os



processos proximais ocorram sem prejuízos para o desenvolvimento. O mesossistema será composto pela interação do abrigo-família de origem, abrigo-escola, abrigo-comunidade, escola-comunidade, agentes penitenciários e programas sociais, que são elementos constituintes da rede de apoio social da criança. O exossistema da criança e do adolescente em acolhimento será formado pelo poder judiciário, conselho tutelar, promotoria da infância e da juventude, direção da instituição e do presídio. O macrosistema será composto por políticas públicas, crenças e marcado por preconceitos, estigmas duplos por serem institucionalizados e filhos de mães privadas de liberdade e da expectativa acerca do institucionalizado<sup>(53,58,63,64)</sup>. Nesse ecossistema, a criança ou adolescente vai ressignificando a concepção que constrói de si e dos fatos decorrentes do aprisionamento materno, podendo interferir no seu processo desenvolvimental<sup>(5)</sup>.

O modelo bioecológico do desenvolvimento humano, porém, propõe que características pessoais e ambientais podem corroborar para que essa transição ecológica aconteça sem maiores repercussões para o desenvolvimento infantil. Para que isso ocorra, o ambiente deve fornecer oportunidades de locomoção e objetos que possam ser utilizados espontaneamente pela criança e que cuidadores tenham disponibilidade para interação com ela e que desenvolvam atividades e estabeleçam apego sólido<sup>(40,59)</sup>.

A importância atribuída às políticas públicas é outro aspecto considerável da teoria para este estudo. Bronfenbrenner reconhece a influência das questões públicas no bem estar e no desenvolvimento humano, ao determinar as condições de vida, visto que o processo de desenvolvimento é influenciado pelas circunstâncias que envolvem o indivíduo. Também ressalva a necessidade da interação das políticas públicas e da ciência visando uma integração mais funcional<sup>(40,59)</sup>.

## 4 METODOLOGIA

Para realização desse estudo optou-se por uma abordagem qualitativa, por entender que este tipo de pesquisa visa compreender a lógica interna das instituições, grupos e de seus atores com representações sobre sua história, não sendo possível mensurar através de variáveis, e por fomentar políticas públicas e sociais<sup>(70)</sup>. O pesquisador qualitativo quer entender os diferentes ambientes sociais no espaço social, as relações, as crenças, percepções e como vivem, sentem e pensam<sup>(70,71)</sup>.

Como referencial teórico-metodológico foi utilizada a Abordagem Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner, por conceber que a teoria visa compreender o desenvolvimento humano através das interconexões do indivíduo com os ambientes, desde o mais próximo ao mais remoto e sua percepção<sup>(40)</sup>. Segundo Stella<sup>(5)</sup>, Bronfenbrenner busca primeiro, conhecer a interação do indivíduo com os ambientes antes de descrever os aspectos sociais, cognitivos e emocionais.

Além disso, a teoria investiga os ambientes e a interação desses com o indivíduo e, como a pesquisa objetiva analisar a experiência dos filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento, concluiu-se que a Teoria Bioecológica de Bronfenbrenner é adequada para fundamentação teórica do estudo.

### 4.1 Caracterização do Abrigo

O Abrigo está localizado no bairro da Mata Escura, em um terreno próximo ao Sistema Penitenciário Lemos de Brito, na cidade de Salvador. Foi fundado em 1999, após decisão judicial de limitar a presença de crianças no âmbito prisional. A instituição tem como objetivo assistir integralmente crianças e adolescentes cujos pais estão presos e não tem parentes próximos que os possam acolher.

A instituição tem capacidade para abrigar 30 crianças e adolescentes de zero a dezoito anos, de ambos os sexos, provenientes da Vara da Criança e da Juventude e de Conselhos Tutelares com atuação na região de Salvador que, em virtude do aprisionamento dos pais, vivenciam uma ameaça social e econômica em decorrência

da situação de privação de liberdade do provedor e da ausência física ou inexistência de condição financeira da família ampliada para os acolher.

O *locus* possui um quadro de funcionários composto por 13 colaboradores sendo 01 diretora, 01 administradora, 01 coordenadora, 01 psicóloga, 01 pedagoga, 01 cozinheira e 07 cuidadoras. Além do quadro de funcionários, o abrigo conta com serviço voluntário semanal de 01 médico pediatra e 01 psicóloga. Os colaboradores possuem regime de trabalho de dias e turnos alternados.

No decorrer da pesquisa, o Abrigo só acolhia filhos de pais privados de liberdade, mas sofreu uma intervenção do Ministério Público que afastou a diretora, nomeou uma interventora e determinou que a casa de acolhimento não fosse exclusiva para filhos de pais em situação de privação de liberdade.

O abrigo está situado em um terreno de 9,2 mil metros quadrados e é composto por sala de jantar, sala para psicóloga, sala para coordenadora, salas de TV e recreação, sala da diretoria, banheiro na parte de baixo, cozinha e área de serviço. No andar superior possui três quartos com banheiros e uma sala. Os ambientes são iluminados e ventilados. Na parte externa possui parque infantil e ampla área para recreação.



**Figura 2** - Área de recreação



**Figura 1** - Vista lateral da sala de TV

#### **4.2 Características da população alvo.**

Foram entrevistadas crianças e adolescentes de 8 a 14 anos, filhos de mães privadas de liberdade e que residiam na casa de acolhimento no período de abril a agosto de

2016. Participaram nove crianças e adolescentes institucionalizados e este contingente representava quase o total de crianças e adolescentes nessa faixa etária, vez que uma adolescente recusou-se participar da pesquisa. O requisito para integrar o estudo era desejar participar e estar dentro da faixa etária estabelecida. A idade, a partir dos oito anos, foi escolhida por se entender que já possuem capacidade de compreensão e expressão de sentimentos e percepções<sup>(72)</sup>. A população do estudo é formada por cinco participantes do sexo feminino e quatro do sexo masculino. A instituição tem como norma transferir o adolescente do gênero masculino para outra instituição quando começa a despertar para a sexualidade. O quadro a seguir apresenta características da população do estudo, onde C refere-se à criança e A ao adolescente.

**Quadro 1** - Característica da população do estudo

Identificação	Sexo	Idade	Tempo de instituição
C1	Masculino	08 anos	01 ano
C2	Masculino	10 anos	08 anos
C3	Feminino	09 anos	02 meses
A1	Masculino	12 anos	07 anos
A2	Feminino	12 anos	08 anos
A3	Feminino	14 anos	11 anos
A4	Feminino	13 anos	10 anos
A5	Feminino	13 anos	12 anos
A6	Masculino	12 anos	10 anos

Fonte: Elaborada pela autora da pesquisa

### 4.3 Aspectos Éticos

O estudo trata-se de um recorte da pesquisa intitulada Nascer e Crescer atrás das Grades, aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa em 11 de março de 2016, parecer número 1.446.908 (Anexo 1).

Por se tratar de uma pesquisa envolvendo seres humanos, a mesma esteve de acordo com a Resolução Nº 466/12 e, por terem menos de dezoito anos, ao Estatuto da

Criança e do Adolescente. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Assentimento por possuírem menos de dezoito anos. Garantiu-se, em paralelo, a autonomia da instituição de pesquisa, comprometendo-se com os princípios de não maleficência, de não causar dano intencional; e da beneficência, de evitar danos previsíveis, trazer benefícios aos participantes e à instituição, de forma a contribuir para a melhoria dos serviços, e manter sob sigilo a identidade dos indivíduos visando preservar sua imagem e não causar prejuízos aos mesmos.

#### **4.4 Coleta de dados**

Para realização de uma investigação empírica são necessários três passos: observação dos acontecimentos; técnicas de entrevistas e interpretação dos materiais; e análise sistemática<sup>(71)</sup>.

Para coleta de dados, foi escolhida como estratégia de investigação a entrevista semi-estruturada, por ser uma modalidade que permite a descrição de um meio social específico, oportunizando ao pesquisador desenvolver um roteiro com questões a serem abordadas de maneira que o participante possa falar longamente, com suas próprias palavras e com tempo para refletir. O roteiro foi elaborado através da leitura de artigos e livros<sup>(70,71)</sup>.

A entrevista era iniciada com a pesquisadora informando sobre o estudo, qual o objetivo e como o participante poderia contribuir para construção do conhecimento do ecossistema da criança ou adolescente que vive no Abrigo. Posteriormente, explicava-se como tudo iria acontecer e, nos casos de concordância com a participação, a criança ou adolescente teria que assinar os Termos de Assentimento e o responsável, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. (Apêndices 1 e 2)

Após assinatura dos termos, foi utilizado um formulário contendo algumas informações sobre o participante como idade, nome, naturalidade, tempo de instituição, escolaridade, religião e etnia. A aproximação do campo e dos participantes aconteceu durante o ano de 2015, com atividades voluntárias de oficinas para as crianças, como orientação com relação à higiene pessoal; sexualidade, para os

adolescentes e atividades recreativas em comemoração a datas festivas como Dia das Crianças, Páscoa e Natal. As entrevistas foram realizadas, entre abril e agosto de 2016, numa sala indicada pela psicóloga da instituição, de forma que outras pessoas não participassem da conversa. Porém, a própria psicóloga, em alguns momentos, aproximava-se e logo em seguida, saía. Foi utilizado um gravador para registrar as entrevistas que tiveram, em média, trinta minutos de duração. Outra ferramenta utilizada para coleta de dados e de relevância na pesquisa qualitativa foi a observação participante, por se tratar de uma técnica de investigação que enfatiza o objetivo e destrincha a situação, o ambiente e a dinâmica do momento<sup>(73)</sup>.

Para Almeida<sup>(73)</sup> (2014, p. 131),

O ato de observar, *in loco*, impulsiona não apenas a achar, mas a ver além do visível, ao aproximar o sujeito das suas experiências diárias, do sentido que atribuem à realidade que os cerca, suas ações e intenções subentendidas.

Deu-se início à observação participativa com a inserção da pesquisadora no campo para negociação de acesso, reconhecimento de espaço e entrosamento com as pessoas envolvidas até uma observação mais seletiva com interesse na aquisição de informações referentes ao objeto de estudo<sup>(73)</sup>. Um roteiro de observação foi elaborado, o que, segundo Minayo<sup>(70)</sup>, convencionou-se chamar de diário de campo, preenchido ao final de cada visita. Com este, as impressões pessoais obtidas na observação participativa eram relatadas de forma a complementar as informações obtidas nas entrevistas e da instituição. Tanto o formulário de entrevista quanto o diário de campo, foram elaborados pela pesquisadora. (Apêndices 3 e 4)

#### 4.5 Análise de dados

As entrevistas foram transcritas na íntegra e posteriormente submetidas à análise de conteúdo segundo Bardin<sup>(75)</sup>. A técnica consiste em um processo sistemático que visa o levantamento de indicadores que façam inferência a um determinado objeto de estudo<sup>(76)</sup>. Para análise dos dados é preciso realizar três etapas. A primeira consiste na **pré-análise**, que compreende uma leitura flutuante, a formulação e reformulação de hipóteses; a segunda, consiste na **exploração do material ou codificação** e

fundamenta-se em encontrar palavras ou expressões que representem o conteúdo a ser organizado; e por último, **interpretação ou tratamento dos resultados obtidos**, após análise, interpretação e agregação dos dados. O pesquisador, então, os relaciona com o quadro teórico ou concebe novas dimensões teóricas<sup>(70,75,76,71)</sup>. Para tanto, as categorias formuladas consistem em encontrar uma unidade no meio da diversidade da experiência de crianças e adolescentes, filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento<sup>(70)</sup>.

Após esse processo de análise de dados emergiram três categorias: vínculos afetivos, rotina e relação com a escola. A categoria relacionada aos vínculos afetivos retrata as relações estabelecidas entre institucionalizados e familiares e com as pessoas que estão inseridas no seu ecossistema sendo subdividida em vínculos institucionais e familiares. A segunda categoria foi a de rotina, por se constituir em um evento marcante na vida dos institucionalizados e a terceira categoria vinculou-se à representação que a escola possui na vida do institucionalizado.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao iniciar a pesquisa, em abril de 2016, foram encontrados 22 crianças e adolescentes com faixa etária entre 10 meses e 16 anos. Desse número, dez institucionalizados estavam dentro da faixa etária estabelecida na pesquisa. Destes, apenas uma adolescente não aceitou participar do estudo. As crianças e adolescentes que residem na casa de acolhimento ficam à disposição do juizado, aguardando o fim do cumprimento da sentença destinada aos pais ou para inserção em família estendida. Entretanto, no momento do desenvolvimento da pesquisa, as mães dos participantes não se encontravam mais em situação de privação de liberdade e os mesmos ainda continuavam institucionalizados com a justificativa de ausência de condição socioeconômica da genitora ou da família. Outro dado encontrado neste estudo era que a maioria das crianças e adolescentes (sete dos nove participantes) tinham mais de dois anos na instituição, contrariando a determinação do ECA que preconiza uma institucionalização provisória de, no máximo, dois anos.

Para conhecer as vivências dessas crianças e adolescentes, filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento, o olhar e a escuta foram expandidos na busca de colher informações objetivas e subjetivas do comportamento e das relações estabelecidas dos sujeitos que fazem parte deste ambiente.

Nesta perspectiva, as observações especificamente aconteceram uma vez por semana durante os meses de abril a agosto de 2016, totalizando 60 horas de observação. A entrevista semiestruturada foi realizada uma vez com cada um dos nove participantes da pesquisa, gerando cinco horas de áudio que foram fundantes para a análise dos dados.

Denominaram-se crianças institucionalizadas de C1 a C3 e os adolescentes, de A1 a A6. Durante a observação, algumas falas dos colaboradores da instituição foram importantes para a pesquisa. Neste sentido, foram denominados de colaboradores<sup>1</sup> de T1 e T2. O registro de cada detalhe da observação participativa ao final de cada

---

<sup>1</sup> Nota: T1 Graduada em Psicologia, sexo feminino e dois anos de instituição.

T2 Graduada em Pedagogia, sexo feminino e quatro anos de instituição.

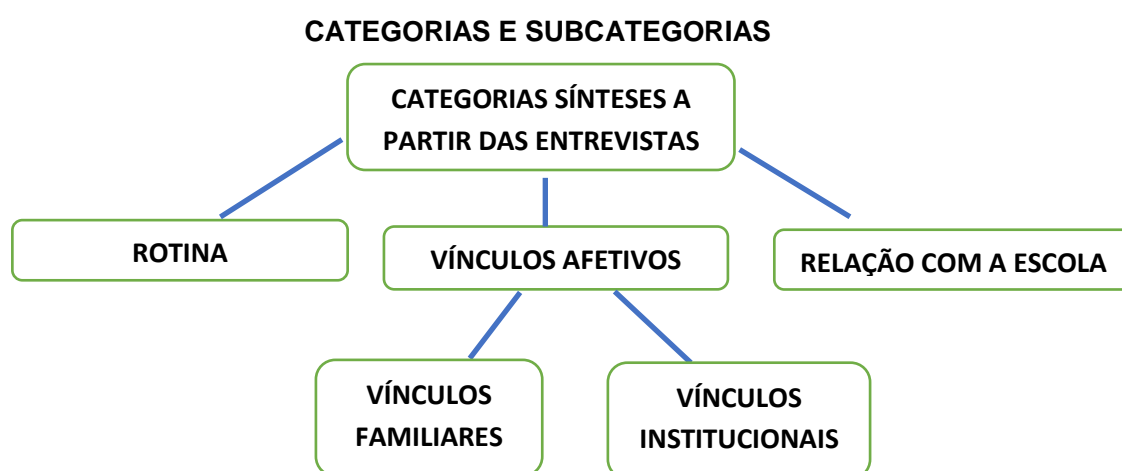


período da observação possibilitou a recolha de informações, configurando-se como um modo de apreender o objeto da pesquisa e divisar a realidade em suas entrelinhas.

A entrevista semiestruturada, caracterizada por perguntas abertas, possibilitou aos participantes a liberdade para relatar vivências e apresentar opiniões, permitindo que desenvolvessem uma linha de pensamento espontânea, centrada na experiência e direcionada pela pesquisadora<sup>(77)</sup>. O roteiro teve como foco temático conhecer o cotidiano dos participantes e as relações estabelecidas com os colaboradores, os pares, a comunidade e a família.

Após a coleta dos dados, realizou-se a interpretação dos discursos, reunindo-os em categorias que emergiram alicerçadas nas respostas dos entrevistados. Para Dessen e Silva<sup>(78)</sup> a definição das categorias deve ter como base a fala dos entrevistados, posto que o discurso irá explicar o que está na categoria, que são os dados mais representativos da pesquisa.

**Gráfico 1** - Representação das categorias



**Fonte:** elaborado pela pesquisadora

Posteriormente à apresentação dos resultados de cada categoria, discutiu-se o seu significado em função da literatura científica existente e da experiência e conhecimentos obtidos durante o trabalho com esta população, de modo a enriquecer os conhecimentos sobre a temática em estudo.

Para o enquadramento teórico foi utilizada a Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner que compreende o processo de desenvolvimento humano e as interconexões com os contextos ambientais nos quais o indivíduo está envolvido e que, de forma direta ou indireta, impactam no crescimento do indivíduo. Outros autores também foram utilizados na análise tendo em vista ampliar o processo de compreensão dos resultados.

## **5.1 Análise por categorias**

### **5.1.1 Vínculos Afetivos**

O encarceramento afeta não só ao privado de liberdade, mas toda sua família. A separação dos filhos por um evento criminoso se constitui um trauma e pode acarretar alteração na vida adulta<sup>(63-65)</sup>. Embora a repercussão aconteça com os filhos de pais e mães privados de liberdade, o impacto é maior para os filhos de mães em situação de privação de liberdade porque, além de historicamente a mulher ser concebida como a cuidadora dos filhos, nos dias atuais, esta configura-se como provedora do lar. E como, diante do encarceramento materno apenas 20% das crianças ficam com os pais<sup>(4)</sup>, essa situação ocasiona aos filhos a experiência da separação da família, ruptura do vínculo, novas inserções ecológicas e alteração do ecossistema que passa a ser marcado com fatos que envolvem violência, punição, estigma e segregação social, o que poderá repercutir em todo seu desenvolvimento<sup>(5,20,79)</sup>.

As crianças ou adolescentes são encaminhadas para o Abrigo através da Vara da Criança e da Juventude e dos Conselhos Tutelares, acarretando o que Bronfenbrenner<sup>(40,59)</sup> define como uma transição ecológica, que se constitui em uma modificação de papel, de ambiente ou das duas situações. Essa transição ecológica do convívio familiar para uma casa de acolhimento configura-se um momento conflitante, mesmo para os que não vivem bem com seus pais<sup>(50)</sup>, pois, além da criança ou adolescente deparar-se com uma experiência do aprisionamento parental, soma-se a chegada a um ambiente estranho e sem uma figura de referência, o que pode gerar raiva, insegurança e angústia. Estes sentimentos são manifestados através de birras, choro constante, mau comportamento, depressão e isolamento das

peessoas<sup>(80)</sup>. Cabe ressaltar que, muitas das vezes, esses sentimentos não são expressos, geralmente por meninos que são socialmente estimulados a não se manifestarem<sup>(58)</sup>, mas podem ficar armazenados no psiquismo e futuramente, refletir-se na identidade do indivíduo<sup>(81)</sup>.

Ao abordar A2, com 08 anos de institucionalização, sobre a chegada ao abrigo, a mesma relata: “não lembro direito, eu era pequena, lembro que chorava muito e a Irmã (freira) me colocava no carro e passeava comigo e com meus irmãos.” Assim, como encontrado em outro estudo<sup>(93)</sup>, esse depoimento demonstra o sofrimento vivenciado quando da ruptura de laços, mas evidencia igualmente, a importância do cuidado que colaborador da instituição manifestou levando-os a passear num carro para acalmá-las. É importante salientar que, embora A2 tenha referido não lembrar-se do fato, o cuidado afetivo da Irmã foi de tal relevância que ficou registrado, demonstrando o que afirma Woortmann<sup>(82)</sup> (2000, p.213) “a memória é sempre seletiva, ela não dá presença a um passado genérico, mas a determinados eventos, localizados em determinados lugares no espaço e no tempo, dotados de significado em contextos específicos”.

Diferente de A2, C3, com meses na instituição, refere-se à transição ecológica de forma gradativa, ao afirmar que “foi boa, eu vim um dia e gostei. Outro dia eu estava na escola, a diretora me levou para o Conselho e me trouxeram para cá. Quando cheguei aqui meus colegas me batiam, mas depois passou”. Nessa fala foi percebido que além da mudança de todo ambiente ecológico, a criança ou adolescente em situação de proteção ainda precisa lidar com a reação dos seus pares à sua chegada o que, muitas vezes, os remete a revive experiências anteriores de rejeição, abandono e maus tratos. Conforme Torres, os institucionalizados vão reeditando suas histórias a cada novo integrante que entra no abrigo<sup>(63)</sup>.

Ao abordar a temática sobre o ingressar na instituição, porém, a maioria dos participantes do estudo refere não lembrar como ocorreu.

*Não me lembro não, porque eu era pequena e não sabia o sentido das coisas e pensei que aqui era um lugar normal, uma casa, mas sabia que aqui não estaria com minha mãe. A3 (11 anos de instituição)*

*Eu não lembro muito, cheguei muito pequena aqui. Eu fiquei feliz porque conheci pessoas. A4 (10 anos de instituição)*

*Não tenho lembrança, vim para cá muito pequena. A5 (12 anos de instituição)*

Tal fato pode estar associado à idade em que a institucionalização aconteceu, posto que a maioria das crianças ingressa nos primeiros anos de vida, predominando a faixa etária de dois a três anos. Para Vigotsky<sup>(83)</sup>, a memória na fase inicial da infância é uma das funções psicológicas centrais, a partir da qual se desenvolvem as outras funções, pois o pensar para crianças nesta fase está relacionado às lembranças concretas e, para crianças maiores e adolescentes, lembrar é pensar. Na visão de Piaget<sup>(84)</sup>, a capacidade de memorização acontece a partir dos dois anos. Antes disso a criança não tem a capacidade de se referir ao passado e nem ao futuro.

É consenso entre autores a relevância da idade da criança ao entrar na instituição, devido a importância dos vínculos afetivos nos primeiros anos de vida e que a falta da vinculação pode acarretar problemas na construção da subjetividade, apesar de divergirem em qual período da infância essa repercussão seja maior<sup>(43,40,44,45)</sup>. Para Spitz<sup>(44)</sup>, pioneiro neste estudo, o período mais crítico para privação afetiva compreende a segunda metade do primeiro ano de vida, por ser o período no qual a criança começa a distinguir os cuidadores, sendo capaz de estabelecer um sólido apego maternal e, por isso, as consequências da separação serem mais permanentes. Já Bowlby<sup>(43)</sup> defende que o processo de vinculação é mais acentuado nos primeiros nove meses de vida permanecendo até os três anos. Winnicott<sup>(45)</sup> refere maior vinculação no primeiro ano de vida que corresponde à independência motora da criança e Bronfenbrenner<sup>(40)</sup> acredita que após os seis meses de vida, a relação de apego e dependência do bebê com o cuidador primário são mais intensos.

Os estudos mais recentes expandem para três a cinco anos o período da infância no qual a repercussão da ruptura de laços seguida da institucionalização é mais intensa, podendo ocasionar problemas sociais, cognitivos, psicológicos, comportamentos psicopáticos e ainda acarretar envolvimento da criança com o sistema judiciário<sup>(20-24)</sup>.

Os problemas mencionados acima podem ser ocasionados pela ruptura dos primeiros vínculos estabelecidos no âmbito familiar, visto que a fase da primeira infância é

fundamental e preponderante na construção da identidade da criança e de sua relação com o outro. Isso possibilitará a construção de vínculos afetivos mas, estes podem ser restabelecidos, mesmo em um âmbito institucional, assim como na escola e na comunidade. Com o objetivo de assegurar à criança e ao adolescente a manutenção dos vínculos familiares e comunitários, o ECA e o CONANDA/CNAS preconizam que o acolhimento deve ser em situação excepcional, provisório, localizar-se o mais próximo possível do ponto de vista geográfico, social e econômico da realidade da criança e não ultrapassar mais de dois anos<sup>(19,67)</sup>.

#### 5.1.1.1 Vínculos Familiares

*O mais legal é lá, lá tem minha família. A1 (07 anos de instituição)*

*Eu gostaria de viver com minha família. A6 (10 anos de instituição)*

Os depoimentos acima denotam o sentimento e a representatividade que a família ocupa na vida desses institucionalizados quando foram questionados sobre como era sua relação com a família. O ECA, no artigo 226, faz referência à família como uma instituição que ocupa a base da sociedade<sup>(14)</sup>. Considerada como primeiro microsistema de interação da criança, a família constitui um importante contexto de desenvolvimento humano no qual se processam interações significativas entre as pessoas e onde se concebe a primeira identidade social do indivíduo, permitindo-o conhecer, internalizar, respeitar regras e limites que serão necessários para convívio em sociedade. Além disso, é no seio familiar que a criança estabelece vínculos concretos e duradouros que fornecerão autoconfiança, autoestima e independência para sua vida<sup>(40,42)</sup>.

Na antiguidade a família estava mais relacionada à questão moral do que ao sentimento, nos dias atuais está mais tocante ao amor e intimidade<sup>(85)</sup>. Este fato configura a relação estreita que a instituição família possui com os aspectos histórico, social e cultural e por isso está em constante processo de alteração, demonstrando a influência do macrossistema no microsistema<sup>(26,85,86)</sup>, conforme explica a Teoria de Bronfenbrenner<sup>(40)</sup>.

Na atualidade, ao falarmos de família, concebemos a ideia no sentido mais amplo, por considerar suas diversas configurações como família monoparental ou recomposta com filhos de diferentes uniões e homoafetiva, por exemplo. Também se deve considerar a rede de apoio familiar, que são os membros com laços de parentesco em geral que compõem a família estendida ou ampliada e que, muitas vezes, convivem juntos. Quando ocorre o aprisionamento materno, a família ampliada pode ficar com a guarda da criança ou do adolescente.

Eu morava em Mussurunga com minha mãe e com meus irmãos. Meu pai, minha mãe diz que ele morreu. Já morei em vários lugares com minha mãe. Cada irmão tem um pai. A2 (08 anos de instituição)

Eu vivia com minha mãe e meus irmãos. A3 (11 anos de instituição)

Na minha casa só tinham meus irmãos. Eu não conheci meu pai. A1 (07 anos de instituição)

Os relatos acima retratam o cenário da configuração familiar das mães privadas de liberdade. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o perfil se caracteriza por mulheres solteiras, negras, com idade entre 18 e 24 anos, ensino fundamental incompleto e provedoras dos seus lares, o que acaba ocasionando maior impacto na vida dos infantes<sup>(1)</sup>.

Embora a estrutura familiar sofra mudanças, sua concepção enquanto organização, permanece, posto que o contexto familiar configura-se de maneira singular, não apenas por estabelecer vínculos concretos e duradouros, mas ao proporcionar essa vinculação, assume o papel de cuidado, bem estar, proteção, apego, segurança, identidade e pertencimento que vai perdurar por toda a vida<sup>(40,86)</sup>.

Para Bronfenbrenner a família representa o principal contexto de desenvolvimento humano por oportunizar a construção das relações diádicas baseadas na reciprocidade, mutualidade do sentimento positivo e alternância de equilíbrio de poder que são precursores para tríade e tétrade. O referido autor acredita que as relações entre as pessoas e o meio constituem a mola propulsora para o desenvolvimento humano<sup>(40)</sup>.

Na perspectiva de Bowlby, a criança que possui um lar estruturado e pais atenciosos consegue desenvolver sentimento de segurança e confiança em si mesma e nos outros, permitindo explorar o mundo ao seu redor<sup>(87)</sup>. Em consonância com os demais, Winnicott afirma que o ambiente familiar afetivo que corresponda às necessidades das crianças e adolescentes configura-se como a base para um desenvolvimento saudável<sup>(45,88)</sup>.

Dessa forma, a família ocupa o lugar central na formação do indivíduo, diferenciando-se dos demais contextos como, por exemplo, escola, comunidade e igreja, por serem transitórios e de constituição flutuante e ainda desempenha o papel de mediadora dos comportamentos que a criança ou o adolescente pode apresentar ao se inserir em outros contextos<sup>(89)</sup>.

Entretanto, assim como foi encontrado em outros estudos<sup>(63,100)</sup>, para algumas crianças a concepção de família ainda não foi construída, como relata A5 que possui 12 anos de instituição “eu não posso sentir falta da minha família, eu nunca tive. Tenho falta de minha mãe, nunca vi meu pai, nunca vi ninguém, não tenho nem noção de como é ter família”. Esse depoimento retrata o sofrimento, a ausência de referência e de pertencimento a um núcleo familiar, muitas vezes, vivenciado em silêncio. A sensação de pertencimento concede ao indivíduo sentir-se pertencido a um lugar e esse lugar a si, assim como as características das pessoas envolvidas e da história construída por esse grupo<sup>(89)</sup>.

Trivellato et al<sup>(90)</sup> evidenciam ser comum que os institucionalizados idealizem as relações familiares. Vigotsky<sup>(83)</sup> considera natural que a criança na idade pré-escolar viva o mundo imaginário e ilusório, no entanto, quando é a genitora que vivencia a privação de liberdade, esse fato pode acarretar mais conflito devido à subjetividade que permeia a mente do infante e da sociedade que atribui à mulher o mito maternal, de boa cuidadora dos filhos e do lar. Por outro lado, muitos deles conviveram com uma mãe que maltratou, abandonou, envolveu-se com a criminalidade e carrega o estigma de má pessoa, o que a torna socialmente incapaz de cuidar dos filhos<sup>(91)</sup>, nesses casos o afastamento da criança ou adolescente do ambiente familiar pode minimizar o sofrimento vivenciado antes e propiciar a fantasia e a ilusão<sup>(13)</sup>.

Torres<sup>(63)</sup> ressalta que ser filho de uma transgressora é conflituoso para construção da identidade, pois pode ser identificado como semelhante a sua mãe e vir a sofrer as consequências. Pode então, omitir sua história para ser aceito na sociedade ou não apresentar conflito que o identifique e o posicione como transgressor. A autora entende que a construção da identidade está associada a vários aspectos da vida real e à situações vivenciadas que envolvem aspectos cultural, social, étnico, religioso, dentre outros, enquadrando o indivíduo numa determinada categoria que representa um estereótipo<sup>(63)</sup>.

Nesta perspectiva, o ambiente familiar que deveria promover identidade, sensação de pertencimento favorável a um desenvolvimento saudável, passa a ser um contexto gerador de conflito permeado de relações de insegurança, violência, maus tratos, drogas e de pobreza<sup>(15,16,22)</sup>.

Quando minha mãe ficava na rua, eu ficava com ela, ela bebia. Teve um dia que a polícia começou a bater em minha mãe. Eu tinha medo da polícia, sonhava com a polícia, tinha medo, chorava. Tia, eu já caí no esgoto e quase morri. Minha mãe um dia quis me roubar, eu dizia: mainha, mainha, eu tenho aula. A3 (11 anos de instituição)

Na casa de minha mãe eu fico na rua largada ou em casa, eu prefiro aqui. Eu não tenho vontade de ficar com minha mãe, não quero ficar largada. A4 (10 anos de instituição)

Minha mãe fez coisas erradas, eu não quero esse caminho. Ela está tentando se ajustar, está trabalhando em uma barraca de praia. A2 (08 anos de instituição)

Os depoimentos acima retratam a situação de vulnerabilidade que os adolescentes vivenciaram antes da institucionalização ou nos finais de semana que passavam com suas mães. O convívio em um ambiente com conflitos conjugais, ações agressivas e uso de drogas acarreta em fragilidade do vínculo familiar, problemas de identidade, angústia, agressividade, baixo rendimento escolar e psicopatias<sup>(15,16,92)</sup>. Diante desse contexto, o fato do pai ou da mãe ser preso constitui-se num alívio para a criança ou adolescente, que está sofrendo de maus tratos e violência e o abrigo pode se constituir uma medida de proteção<sup>(80)</sup>. Esse sentimento de proteção foi encontrado por Arpini<sup>(94)</sup> ao entrevistar adolescentes que referiram a casa de acolhimento como o lugar mais seguro onde já estiveram e que os livrou da violência.



A instituição de acolhimento deve configurar-se como um ambiente que promova segurança e propicie o desenvolvimento da criança ou do adolescente, assegurando as trocas sociais e afetivas que são importantes para os que estão privados da família<sup>(89)</sup> e que possuem vivências anteriores traumáticas, a fim de que possam ressignificar suas histórias; bem como, resgatar vínculos que se encontravam fragilizados devido ao encarceramento e ao passado<sup>(6,93)</sup>. Dessa forma, ao sair da condição de privação de liberdade, mãe e filho podem ter o interesse em conviver juntos.

#### *5.1.1.2 Vínculos Institucionais*

Apesar do ECA estabelecer que o acolhimento institucional deve ter caráter provisório e durar no máximo dois anos<sup>(6)</sup>, as crianças e adolescentes que residem na Casa de Acolhimento estão em média há oito anos na instituição. O motivo inicial do acolhimento era a privação de liberdade materna, mas dos nove participantes da pesquisa, uma mãe faleceu e as demais estão em liberdade. A justificativa para permanência das crianças e adolescentes na instituição, porém, deve-se à falta de condição socioeconômica da genitora e/ou da família, contrapondo a legislação que alega que a condição social dos pais não pode ser mais um fator impeditivo da guarda dos filhos. O Estado deve inserir os pais em programas sociais como de habitação e de trabalho, por exemplo, a fim de que possam cuidar dos seus filhos<sup>(6,14,19,31)</sup>. O descumprimento da legislação acarreta longos anos de convívio institucional e dessa forma, cada um vai criando a sua percepção acerca do ambiente institucional e das pessoas com quem se envolvem e ao serem questionados sobre os colaboradores as respostas foram:

Ela (tia) me dá as coisas, conversa comigo nas coisas erradas. C2 (08 anos de instituição)

As tias são boas, quando está todo mundo brigando, chama a tia e todo mundo pára. Gosto de todo mundo. C3 (01 ano de instituição)

Ela é aquele tipo de pessoa que, sei lá, eu gosto dela, ela dá conselho. Ela gosta da gente, ela é tipo de um adolescente, brinca com a gente. É boa. A3 (11 anos de instituição)

Ao analisar as respostas sobre os colaboradores, por quais têm preferência, a maioria referiu ter predileção por um ou dois colaboradores. Este fato demonstra que houve o estabelecimento de uma relação íntima, estável e afetiva com um ou mais trabalhadores, o que pode sugerir uma base segura<sup>(43)</sup>. Como o abrigo ocupa uma posição central na vida dos institucionalizados, é necessário que exista a vinculação, a fim de que o cuidador assuma o lugar de proteção, orientação e atue como figura de identificação, permitindo à criança ou ao adolescente liberdade para explorar o ambiente, aprender e, caso sinta-se ameaçado, saber que tem a quem recorrer<sup>(51,53)</sup>.

Siqueira e Dell'Aglio avaliaram crianças entre sete e 16 anos e constataram satisfação dos internos com a vida institucional, configurando assim, a casa de acolhimento como um fator protetivo e uma oportunidade de desenvolvimento saudável<sup>(51)</sup>. Bronfenbrenner discorre que conhecer o temperamento dos institucionalizados, suas preferências e o ritmo biológico são maneiras de criar vínculos e não configurar assistência massificada, apenas voltada para satisfação das necessidades básicas<sup>(40)</sup>.

Dessa maneira, a instituição oportuniza elaborar e ressignificar sofrimentos, apesar do pertencimento de rejeição e abandono da família. Assim, autores reconhecem que nem toda criança ou adolescente que experimentam a ruptura familiar e a institucionalização irão apresentar problemas. Esta questão vai depender da capacidade de construção subjetiva do indivíduo institucionalizado, de como essa perda ou ruptura ocorreu e como foram os fatos que antecederam e sucederam o fato<sup>(43,63,94)</sup>.

Contraopondo os resultados dessa pesquisa que revelaram preferência dos entrevistados por um cuidador, estudos mostram que situações como tempo de instituição, rotatividade dos colaboradores, sobrecarga de trabalho, precariedade da assistência individualizada e rotinas rígidas são alguns dos fatores que não favoreceram a construção de vínculos significativos. Esses fatores contribuem para que os institucionalizados invistam menos nas relações como uma forma de proteção, pois acabam revivendo no ambiente institucional a perda da figura de referência como foi vivenciada no seio familiar, configurando assim o acolhimento institucional como um fator de risco para o desenvolvimento infantil<sup>(51,52,43,90,95)</sup>.

Outro aspecto relevante com relação aos trabalhadores, diz respeito aos traços emocionais, as vivências dos colaboradores e o apoio psicológico dispensados para os que lidam diretamente com os institucionalizados, bem como qual a imagem e expectativas de futuro que fazem destes<sup>(51,52)</sup>. Isto decorre em razão de que crianças e adolescentes irão necessitar da ajuda deles para compreensão dos fatos ocorridos em suas vidas e para auxiliar na ressignificação das suas histórias, manutenção ou fortalecimento do vínculo familiar a fim de que possam superar os fatos<sup>(63,51,43,95)</sup>.

Golin et al<sup>(93)</sup> referem em um estudo que, apesar do abrigo ter disponibilizado encontro quinzenal com os cuidadores para refletirem e serem acompanhados sistematicamente na assistência dada aos institucionalizados, a atividade não era suficiente porque ficava centrada nas demandas institucionais e não ao aspecto emocional do trabalhador diante do contexto de crianças em situação de acolhimento. De acordo com referido autor, a criança necessita de uma atenção especial para estabelecer afetividade, por isso os cuidadores devem ter amparo emocional constante a fim de promover essa interação<sup>(93)</sup>.

No que concerne ao relacionamento dos colaboradores com as crianças e adolescentes nessa pesquisa, observou-se uma preocupação em ter recursos para manutenção das necessidades básicas, encontrar ferramentas que pudessem estimular e auxiliar no processo de aprendizagem, assim como de inserir os institucionalizados em outros contextos. Porém, foi observada uma relação pautada em normas e rotinas, relativamente distantes, sem estabelecer vínculos afetivos mais sólidos. Conforme relato de uma colaboradora sobre outra que se envolve mais com os institucionalizados: "já avisei a ela para não ficar assim... eles não são os filhos dela" relata T1. Porém, Magalhães et al ressalvam que quando a relação está centrada na satisfação das necessidades básicas, pouca influência representará no desenvolvimento cognitivo e na afetividade da criança ou adolescente<sup>(95)</sup>.

Uma preocupação foi observada por parte dos colaboradores e da diretora da instituição com relação à abordagem de assuntos como situação de privação de liberdade e do abrigo como casa de acolhimento com as crianças e adolescentes. Foi solicitado à pesquisadora cuidado na abordagem com os institucionalizados sobre esses temas, mas que não teria problema caso eles mesmos comentassem. Situação

que aventou a ideia de que as temáticas são pouco discutidas com os institucionalizados ou da existência de um preconceito velado entre os próprios trabalhadores. Essa circunstância pode ser decorrente da dificuldade dos cuidadores em lidar com estas questões, assim como uma forma de amenizar o sofrimento dos institucionalizados negando o passado sem dar-se conta de que isso poderia dificultar a reconstrução da sua história<sup>(50,94)</sup>.

Neste contexto, Arpini discorre que, muitas vezes, as instituições acabam reproduzindo o preconceito e o estigma devido à condição familiar, causando sofrimento e culpa nos institucionalizados pela condição em que se encontram e com isso, acreditam que o rompimento dos laços com a família seja uma solução<sup>(94)</sup>, sem considerar que o rompimento de uma história familiar causa muita dor, angústia, medo e sofrimento<sup>(94)</sup>.

No contato com a pesquisadora, as crianças e adolescentes apresentaram atitude calorosa e muito receptiva. Ficavam felizes e gostavam de participar de todas as atividades desenvolvidas. Percebeu-se que os mesmos encontravam-se carentes, exigindo atenção dos adultos, o que gerava uma disputa entre eles. Resultado que também foi encontrado por Cavalcante e justificado pela proporção entre adultos e crianças<sup>(53)</sup>.

Apesar dos anos de convívio institucional, as relações entre os pares parecem superficiais. A3 que possui 11 anos de instituição relata “eu me dou bem com todo mundo, eu não tenho melhor amigo aqui” e A4 que tem 10 anos de institucionalização afirma “eu não tenho preferido aqui, eu gosto de todo mundo, têm aqueles que gosto um pouquinho mais e outros um pouquinho menos”. As respostas não divergiram com relação tempo de instituição. Ao presenciar os institucionalizados brincando, foi percebida uma relação de disputa entre eles. Dado que corrobora os achados dos estudos de Cavalcante e Siqueira et al sobre a fragilidade da relação entre as crianças institucionalizadas<sup>(53,58)</sup>. Para Siqueira, o principal apoio dos institucionalizados são os adultos representados por um colaborador ou por algum familiar<sup>(58)</sup>. Em outra pesquisa, Siqueira et al ressalva que uma boa relação entre os pares pode representar um importante apoio social e afetivo ao partilhar os sentimentos e se apoiarem mutuamente<sup>(96)</sup>.

Ao final de cada visita, os institucionalizados acompanhavam a pesquisadora até o veículo, dificultando a saída da mesma e sempre queriam saber quando retornaria e se iriam ganhar alguma coisa, fato que foi pontuado por uma das colaboradoras (T1) de que “as relações estabelecidas com eles eram baseadas em trocas.” Esta situação sugere dificuldade de criar vínculo ou a concepção de relação fundamentada no interesse do ganho material, que foi identificada com os pedidos realizados por A6 e A2 para serem presenteados, tendo estes respectivamente 10 anos e oito anos de institucionalização.

No transcorrer da observação, surgiu em alguns momentos no discurso de uma colaboradora da instituição (T1) o interesse dos institucionalizados em permanecerem na instituição devido aos ganhos materiais, estrutura e organização, dando a conotação da situação em que viviam antes do acolhimento institucional ou das condições atuais das famílias, já que a maioria mantém contato familiar e passam o final de semana com elas. Esta situação foi evidenciada nas falas das crianças.

Eu gosto mais daqui, aqui é mais... aqui tem tudo!! Tem macarrão, carne...  
C1 (01 ano de institucionalização)

Aqui tem espaço para brincar, hora certa para se arrumar, hora certa para almoçar... C3 (02 meses de institucionalização)

O relato de C1 que prefere permanecer na instituição porque tem tudo, inclusive comida, sugere que, apesar do desejo de voltar para família como demonstrado, em outro momento durante a entrevista, “[...] tenho cinco irmãos. Meus irmãos estão com minha família. Eu tenho vontade de voltar, prefiro os dois lugares”. Essa fala evidencia o conflito vivenciado por ele, se por um lado tem a família, por outro, tem a segurança quando disse “que aqui (instituição) tenho tudo”.

Está aqui é o livramento. Eu sei que nenhum lugar é perfeito, mas ficar aqui me livrou de tantas coisas que eu podia viver, ainda mais nesse mundo que está aí fora. Eu poderia estar na rua, ter um filho uma hora dessas. Então aqui aprendi muitas coisas. A3 (11 anos de instituição)

Viver aqui representa acolhimento. A4 (10 anos de instituição)

Os relatos configuram que apesar do rompimento do vínculo familiar e da vida com mais limites e privações, as crianças e adolescentes preferem a instituição porque

receiam estar no âmbito familiar e vivenciarem situações de insegurança e incerteza, além do imaginário de não ter uma perspectiva de futuro melhor que o da sua genitora.

Eu não vou para casa de minha mãe, ela ainda não tem condições. Ela ainda está com coisa de alcoolismo, ela bebe e sei lá. Prefiro ficar aqui, aqui me sinto bem, aqui tenho oportunidade. A3 (11 anos de instituição)

[...] Aqui estou indo pelo caminho. Eu não quero ir para trás. Aqui estou indo pelo meu caminho, lá não. Eu acho que não vou conseguir. Eu gosto de ficar aqui. Eu gosto de ir para casa de minha mãe, mas não para ficar para sempre, posso ir, no final de semana. C2 (08 anos de instituição)

Bem, lá gente brinca de bicicleta, pega, pega, mas eu gosto mais daqui. C3 (02 meses de instituição)

Assim como em outros estudos, os participantes dessa pesquisa demonstraram sentimento de ambivalência com relação à experiência institucional. A casa de acolhimento possui a representação de ganhos materiais, estabilidade, segurança e proteção<sup>(53,63,97)</sup>. Também foi evidenciado conformismo com relação ao abrigo e desamparo familiar. Torres associou o conformismo aos ganhos materiais que ocorreram em suas vidas como espaço, alimentação, roupas e presentes<sup>(63)</sup>. Deste modo, a identidade do indivíduo deve ser redimensionada, visto que os ganhos materiais, os cuidados com a higiene, alimentação e educação sobrepõem o desejo de estar com a família e ao local de origem<sup>(80,63,97)</sup>. Contexto esse que chama atenção para a realidade socioeconômica que essas crianças e adolescentes vivenciavam e que as famílias ainda vivem.

### 5.1.2 Rotina

Em todas as entrevistas a rotina representou um aspecto importante na vida das crianças e dos adolescentes institucionalizados. Cabe salientar que as rotinas podem ser vistas como ações culturais criadas, produzidas e reproduzidas no dia-a-dia, tendo como objetivo a organização do cotidiano e por vezes, o cumprimento de regras, como se percebe nos depoimentos.

Acordo tenho que forrar a cama, escovar o dente, vou tomar banho, arrumar o cabelo e desço. Tomo café, descanso e brinco um pouco, aí a tia C. chega e a gente faz dever da escola e o reforço. Depois brinca, toma banho, se arruma e vai para escola. C3 (02 meses de instituição)

Eu acordo, escovo os dentes, vou tomar banho, visto a roupa, calço o meu sapato e arrumo minha cama e desço e tomo café da manhã depois fico assistindo um pouco e depois vou para escola. Quando chego da escola tomo

banho, aí eu pego minha mochila, desço, como, descanso um pouco, depois tem uma hora de recreação, brinco e depois a tia me chama para fazer alguma coisa na casa e eu ajudo, colaboro depois a gente vai para o reforço. Eu sou boa de limpeza, eu já gosto de limpar cozinha. A4 (10 anos de instituição)

Apesar da diferença no tempo de institucionalização, as falas de C3 e A4 exemplificam a notoriedade que a rotina se constitui na vida desses institucionalizados, revelando que o cumprimento do horário é uma norma institucional, inclusive para as atividades de lazer como brincadeiras e assistir televisão, não permitindo o direito ao questionamento, a iniciativa e a liberdade. Resta ao institucionalizado aceitar, ainda que contra a vontade, as ordens impostas. Situação que remete a configuração de instituições totais descritas por Goffman<sup>(98)</sup> como um local com pessoas que vivenciam situações parecidas, segregado da sociedade e com uma vida administrada com rigor.

A inflexibilidade das rotinas, sem acontecimentos inesperados, sem alteração do ritual e o gerenciamento de um grupo por uma equipe técnica estabelecem uma relação de hierarquia entre a equipe técnica e os institucionalizados, configurando “mecanismo de poder” mencionado por Foucault quando descreveu que só se pode reportar sobre mecanismo de poder quando certas pessoas exercem poder sobre outras, ou seja, quando um conjunto de ações induz a outras ações. O autor considera que em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes que lhe impõem limitações, proibições ou obrigações<sup>(99)</sup>.

Para Bronfenbrenner é importante que a criança pequena tenha oportunidade de lidar com a relação de poder. Entretanto, é preciso que exista o equilíbrio de poder e que o mesmo gradualmente se altere em favor da pessoa em desenvolvimento, ou seja, a criança pode exercer controle de forma variada sobre a situação, o que pode favorecer seu desenvolvimento cognitivo e social<sup>(40)</sup>. Torres corrobora com essa assertiva de que a alternância na relação de poder permite o desenvolvimento social e pessoal e acrescenta que vivenciar essa mudança de papel propicia a criança compreensão do mundo em duas partes: o mundo da criança e o mundo adulto<sup>(63)</sup>.

Entretanto, muitas vezes, o funcionamento das instituições ocorre no sentido de abuso de poder, onde o indivíduo recebe prêmios em troca às obediências às regras e punições ao seu não cumprimento. Essa prática é atravessada por normas, regras,

leis e códigos pode ser vista, inclusive, pela perspectiva do controle, como pode ser percebido nas falas:

Acorda, escova os dentes, arruma a cama, estuda e vou brincar. Aqui tem que se comportar porque senão fica de castigo. C1 (01 ano de instituição)

Às vezes quando não me comporto, a tia não me leva para o passeio. Aí quando você se comportar, eu te levo. Eu me comportei a semana toda para ir para o passeio. C2 (08 anos de instituição)

O relato de C2 confirma com o que Goffman se refere como premiação a ausência das privações<sup>(98)</sup>, que nesse caso, como premiação a criança teria direito de desfrutar de momentos de lazer. Caso contrário, seria privada desse momento.

[...] De noite quem se comportou ganha um pacotinho de chocolate. Se comportou mais ou menos ganha jujuba, quem não se comportou metade de uma bala. C3 (02 meses de instituição)

O depoimento de C3 evidencia associação de cumprimentos das regras a momentos de satisfação dos desejos. Nesta circunstância, houve um escalonamento do comportamento às premiações.

Desse modo, a rotina representa, em alguns momentos, limitação e privação dos anseios e vontades que perpassam desde o desejo de falar com seus familiares até a simples vontade de brincar ou escolher o que assistir na televisão. Tal fato corrobora o encontrado em outros estudos, nos quais, os entrevistados referiram a rotina como um ponto negativo de se morar em uma casa de acolhimento e da falta de liberdade, constituindo-se assim, em situação de conflito entre as regras rigorosas da instituição e a liberdade que tinham anteriormente<sup>(80,100)</sup>.

Tem vezes que tomo banho e quero brincar, só que não pode suar porque já tomou banho. C2 (08 anos de instituição)

Aqui a gente só pode ligar para família dia de sexta-feira. A1 (07 anos de instituição)

Depois de noite tomo café e vou dormir, antes assisto Chiquitita e Cúmplice, mas não gosto desses romances de criança. A3 (11 anos de instituição)

Para Goffman, tal atitude configura-se na violação do eu, onde a fronteira do seu ser e do ambiente é invadida, destituindo a individualidade e a identidade do sujeito,



tornando-o mais um entre tantos outros<sup>(98)</sup>, como relata A3 que não gosta de romances, mas tem a permissão para assistir apenas novelas românticas. Segundo os colaboradores, essa determinação existe porque esses são os programas televisivos adequados para faixa etária das crianças e adolescentes no período noturno. Porém, dessa forma, a instituição não possibilita aos institucionalizados a oportunidade de escolha, cabendo aos mesmos apenas a aceitação.

No depoimento de A1 a vontade de ligar para os parentes só pode ser atendida na sexta-feira, o que ocasiona uma ansiedade pela chegada desse dia, fato observado e referido por A1, “Assim sexta-feira é um dia assim... tão legal! Ai, não sei explicar (ele se emociona, enxuga as lágrimas de forma discreta para que a pesquisadora não perceba)”. Esta observação justifica a permissão para realização da pesquisa entre terça e quinta-feira, já que na sexta-feira os institucionalizados estão eufóricos pelo encontro com os familiares e na segunda-feira entristecidos por retornarem a instituição, como referiu T1. Fato que também foi evidenciado na pesquisa de Torres, na qual crianças na segunda-feira apresentavam atitudes agressivas e que era necessária a realização de trabalhos lúdicos neste dia para sua readaptação ao ambiente. O que para autora retrata a carga de sentimentos que esses institucionalizados apresentam<sup>(63)</sup>.

Desconsiderar as características individuais para que as normas e rotinas sejam cumpridas. Além de tornar o ambiente pouco atrativo, pode comprometer a construção da identidade, uma vez que a massificação impede a singularidade<sup>(40)</sup>. Para Arpini, a construção da identidade está alicerçada no meio social, nas relações familiares e na experiência vivida por cada um<sup>(101)</sup>. Autores acreditam que a criança ou adolescente institucionalizados possuem bases inseguras para a construção de uma identidade edificante<sup>(43,63,101)</sup>, pois possuem uma relação familiar desestruturada ou instável, convivem em um ambiente de privações onde compartilham objetos que seriam pessoais com aqueles a quem não conhecem vivendo rodeados de preconceito, estigmas e com uma experiência de vida marcada por separação familiar, do meio social e aprisionamento materno<sup>(43,63,102)</sup>.

Desta forma, os institucionalizados vivenciam papéis que lhes são atribuídos e situações de inclusão e exclusão impostas por uma sociedade<sup>(63)</sup>; o que possibilita

constatar a interrelação dos meios ecológicos defendida por Bronfenbrenner, na qual o indivíduo sofre influência de todos os ambientes, até mesmo, aqueles nos quais não participam ativamente<sup>(40)</sup>.

Em razão disso, a permanência prolongada das crianças ou adolescentes nas casas de acolhimento aumenta, ainda mais, a participação da instituição na construção dessa identidade. Nesse sentido, o abrigo funciona como casa para eles, o que, na compreensão de Bronfenbrenner, é um dos ambientes que mais causam impacto no processo de desenvolvimento<sup>(40)</sup>, devendo, portanto, preocupar-se com a qualidade dos serviços prestados e do aprimoramento técnico e incentivo dos seus colaboradores<sup>(103)</sup>.

Coutinho et al evidenciaram outro significado sobre rotina em seu estudo com crianças abrigadas, a associação da rotina à disciplina e responsabilidade, o que possibilitava o crescimento pessoal dos institucionalizados; contrastando com o período vivenciado com suas famílias, as quais não davam limites, nem determinavam regras, revelando a ausência de cuidado<sup>(104)</sup>, contexto revelado neste estudo:

[...] Aqui tem hora certa para se arrumar, hora certa para almoçar. Na minha casa não tinha. C3 (02 meses de institucionalização)

*Na casa de minha mãe eu ficava largada na rua ou em casa.* A4 (10 anos de instituição)

Outro ponto relevante com relação às rotinas é estarem pautadas no funcionamento da instituição, são estruturadas por faixa etária ou sexo dos institucionalizados e nos cuidados básicos relacionados à higienização, alimentação, vestuários, orientação educacional e condução à escola, igreja ou outra atividade em detrimento as necessidades afetivas, propiciando poucos momentos de liberdade e de brincadeiras livres sem a presença de um adulto dizendo o quê e como fazer, culminado em poucas interações de qualidade<sup>(97)</sup>.

Eu acordo, tomo banho, forro a cama, arrumo o quarto. Não é sozinho, é com a educadora. Depois tenho reforço, assisto, 12:30 h tomo banho, me arrumo, vou para escola. A gente vai para escola e a tia volta. Depois a gente volta e fica assistindo, toma banho e fica assistindo mais um pouco e vai dormir. Eu arrumo as coisas e a tia fica olhando. Ela me manda tirar a roupa suja e ela bota a limpa. A4 (10 anos de instituição)

Desta forma, a rotina não favorece liberdade de tempo livre nem para brincadeiras. Para Bronfenbrenner, a formação de vínculos duradouros se constitui na construção da díade primária, relação entre duas pessoas de forma estável e recíproca que continua a existir e influenciar os participantes, mesmos quando não estão juntos, possibilitando aquisição de conhecimento, habilidades e valores<sup>(40)</sup>. Na perspectiva de Bowlby, a fim de que o desenvolvimento social e emocional ocorram, é necessário construir uma relação de apego seguro em um ambiente bem estruturado, proporcionando o atendimento às necessidades e demandas, oportunizando a formação da confiança e segurança na criança e dos que convivem com ela<sup>(43,87)</sup>.

Porém, é preciso ressaltar que após o surgimento do ECA, as instituições estão sendo reformuladas a fim de evitar a assistência massificada, acolhimento por longos períodos, número elevado de crianças por funcionário, estigmatização e preconizando o programa de acolhimento familiar em preferência ao institucional<sup>(67)</sup>. O intuito é desconstruir as características encontradas nas instituições totais que tinham como objetivo fornecer condições básicas mínimas sem preocupação com relações afetivas e desenvolvimento infantil<sup>(101)</sup>, para que não seja reproduzida no ambiente institucional a violência muitas vezes vivenciada anteriormente<sup>(13,51,52,97)</sup>.

### 5.1.3. Relação com a escola

O grande dilema da escola consiste em dar sentido às aprendizagens, de modo a que estas permitam dar respostas às múltiplas questões que emergem em cada criança e jovem que possuem caminhos diferentes repletos de conhecimentos para e na vida, afirma Charlot<sup>(119)</sup>. Ao atentar para esta diversidade e singularidade, a escola cumpre com um dos desafios da educação, possibilitar a equidade, a valorização, o respeito às diferenças, por meio de ações e atividades em prol da sua formação e consequentemente, da promoção humana.

A Constituição Federal, no artigo 205, e o ECA, no artigo 53, definem que a educação é um “direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu

preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”<sup>7,14</sup>. Constitui-se também em um instrumento importante no processo de direito à convivência comunitária<sup>(19)</sup>.

A concepção de escola vai além da formação educacional do sujeito, perpassa a formação de laços sociais e funciona como alicerce de transformação ou subserviência da pessoa<sup>(74)</sup>. Para Bronfenbrenner, assim como a casa, a escola é um dos principais contextos que repercutem no processo desenvolvimental da criança e do adolescente<sup>(40)</sup>.

Neste estudo, a escola foi revelada de forma uníssona entre as crianças e os adolescentes institucionalizados como um ambiente de socialização e um importante cenário capaz de propiciar um futuro melhor com o reconhecimento de um sujeito socialmente aceito.

Na escola eu me distraio, quando não tem aula me distraio muito, lá é bom.  
A2 (08 anos de instituição)

[...] Sei lá, a escola representa brincadeira, futuro [...] A3 (11 anos de instituição)

Quando tem festa posso trazer meus colegas da escola para aqui [...] A6 (10 anos de instituição)

A socialização consiste em um processo de aprendizagem necessário para o desenvolvimento de habilidades, conhecimentos e valores de um indivíduo<sup>63</sup>. No período infantil é mais intenso, mas perdura por toda a vida e a família assume o principal papel socializador<sup>(63)</sup>. O ambiente escolar constitui-se um importante contexto de socialização por permitir intensamente a interação entre grupos e por fazer com que o indivíduo se reconheça como um ser social. Como afirma Vigotsky, um dos pioneiros no estudo sobre a relação social e individual, nos tornamos nós mesmos através das relações estabelecidas com os outros<sup>(83)</sup>.

Charlot<sup>(106)</sup> acredita que, para a escola desempenhar bem o papel de socialização, é preciso que existam relações construídas da criança ou adolescente com os professores e seus pares. Para o referido autor, professores e funcionários devem ser agentes facilitadores dessa integração, impedindo ou minimizando as injustiças

sociais e assim proporcionar um ambiente estimulador para o desenvolvimento de confiança mútua, de um consenso de objetivo entre os ambientes, orientação positiva e equilíbrio de poder em favor da pessoa desenvolvente, conforme preconiza Bronfenbrenner<sup>(40)</sup>. Só assim, o indivíduo percebe-se acolhido e importante naquele ambiente. Sentimentos de importância, valorização pessoal e satisfação, são percebidos no depoimento de C2 ao relatar que a professora refere que ela faz certas, todas as atividades desenvolvidas na escola, enquanto os colegas não.

Ao proporcionar um ambiente seguro, a escola viabiliza a construção de laços afetivos, estimula a cognição e a integração com a sociedade<sup>(107)</sup>. Diferente do dado encontrado no estudo de Abrão<sup>(100)</sup>, no qual os institucionalizados não podem levar os colegas da escola para casa de acolhimento, o depoimento de A6 retrata que a instituição permite a presença da comunidade no contexto institucional e demonstra que houve a integração social na escola ao relatar “poder levar os colegas da escola para festa na casa de acolhimento” e a fala de A2 ratifica ao comentar “que o relacionamento com os amigos da escola é bom, maravilhoso”. Este comportamento traduz que houve a construção de relação com seus pares. Desta maneira, a escola assume o papel de socialização ao proporcionar ao institucionalizado aprender sobre si próprio e compreender o seu meio através das experiências vivenciadas e da interação com o outro<sup>(83)</sup>.

A escola ganha maior representação social quando não são frequentes os momentos de lazer e diversão, os recursos físicos são escassos e a rotina restrita. O que parece acontecer com os participantes desta pesquisa, visto que a instituição possui poucos brinquedos e ainda ficam trancados em um armário e poucos institucionalizados desenvolvem atividades externas como capoeira, dança ou futebol devido à dificuldade de encontrar lugares gratuitos e para deslocamento dos institucionalizados.

A tia não me encaixou em nenhuma atividade. Eu gostaria de fazer dança e curso de maquiagem. C2 (08 anos de instituição)

Eu pedi a tia para fazer curso de dança, mas ainda não encontrou um lugar. A5 (12 anos de instituição)

Minha rotina aqui é um pouco mais diferente dos outros, eu faço um curso nos dias de terça e quinta a tarde. A3 (11 anos de instituição)

Conforme relatos, os momentos de lazer são restritos aos encontros aos finais de semana proporcionados pelas Irmãs (responsáveis pela instituição) ou por algum colaborador da instituição, para todo o grupo ou individualmente pelas famílias, como discorre A1:

Nos finais de semana tem vezes que eu fico aqui, tem vez que eu saio. Eu aprontava muito e minha madrinha deixou de me pegar. De vez em quando eu saio com a madrinha de minha irmã ou saio com a tia que trabalhava aqui ou com a Irmã.

No que concerne ao estímulo à cognição, o interesse pelo estudo também está associado à relação construída com o professor. Ornellas afirma que estabelecer uma boa relação entre professor e aluno é fundamental para o bom desempenho escolar<sup>(108)</sup>. Sendo assim, o processo de aprendizagem está relacionado às interações estabelecidas.

Por isso, Almeida refere que o professor deve encontrar maneiras para enfrentar as dificuldades que os alunos apresentam de forma a encorajá-lo ao desafio e não eternizar a imagem do não saber<sup>(74)</sup>, principalmente quando o aluno em questão for um institucionalizado, visto que Arpini evidencia que o imaginário das crianças e adolescentes institucionalizados é preconceituoso e o baixo desempenho escolar, associado aos outros fatores que os envolvem, reforçam a concepção de fracasso<sup>(94)</sup>. A fala “tem algo errado comigo” alicerça a construção de uma identidade negativa<sup>(94,109)</sup>. Torres ratifica a concepção preconceituosa que os filhos institucionalizados de pais privados de liberdade possuem, quando identificou que eles acreditam que têm desvantagens em relação a outras crianças e temem enfrentar o preconceito e o estigma que existe na sociedade<sup>(63)</sup>.

Eu falo que moro no centro educacional e eles acham bom, mas eu tenho minha mãe e ela me ajuda. C2 (08 anos de instituição)

No relato de C2 transparece o receio que tem das pessoas acharem que ela foi abandonada e traduz o sentimento de pertencimento a um núcleo familiar. Por isso, logo em seguida, afirma que possui mãe e que tem a ajuda dela. Essa fala demonstra, ainda que de maneira velada, o receio que tem do preconceito e do estigma que poderá sentir ao expor que mora em uma instituição, o que pode vir a interferir no estabelecimento das relações sociais<sup>(63)</sup>.

O preconceito e o estigma também foram evidenciados em outras pesquisas<sup>(63,100,109)</sup>. Em um dos estudos emergiram o preconceito e o estigma duplo de que os filhos de mães privadas de liberdade vivendo em uma casa de acolhimento, pois além de existir na subjetividade o abandono, o desprezo e o sentimento de não pertencimento por viverem em uma casa de acolhimento, eles vivenciam, muitas vezes, a transferência do passado da mãe para o filho. No estudo de Abrão, um dos participantes refere que toda vez que some algum material na sala, os colegas pensam que foi ele<sup>(100)</sup>. Stella ratifica que o estigma social materno pode repercutir nas relações desenvolvidas pelos filhos na escola, vizinhança e na própria família devido a convicção social que a má conduta pode ser transmitida para o filho<sup>(5,109)</sup>. Em razão do exposto, a escola pode assumir um contexto de injustiça social, de preconceito e estigma, que muitas das vezes, ocorre de maneira velada. Dessa forma, muitas crianças e adolescentes tentam não valorizar o passado e focam no futuro<sup>(104)</sup>.

A escola representa um importante contexto de desenvolvimento para crianças e adolescentes. Bronfenbrenner preconiza que o desenvolvimento acontece de forma dinâmica, sistêmica, interdependente, com trajetórias múltiplas a depender das características pessoais, das relações estabelecidas e dos contextos envolvidos. Para crianças e adolescentes institucionalizados, o abrigo consiste no contexto central de desenvolvimento, substituindo a família que funciona como fonte de apoio emocional seguido dos parentes e amigos, mas como o desenvolvimento não se restringe ao ambiente único e imediato, a escola oportuniza interações variadas com diferentes pessoas, permitindo a criança ou adolescente assumirem papéis diferentes e assegurando a convivência na comunidade<sup>(40,59)</sup>. Por isso, proporcionar no microsistema escolar, um ambiente acolhedor e lúdico, é possibilitar a recuperação de uma infância marcada por traumas e viabilizar um futuro promissor.

A escola é minha vida, a minha vida é seguir a minha linha para frente [...] C2 (08 anos de instituição)

Significa várias coisas, um lugar que eu possa aprender, ser alguém na vida. A6 (10 anos de instituição)  
É boa, eu gosto. A2 (08 anos de instituição)

Eu não quero ir para trás. Aqui estou indo pelo meu caminho, lá não. Eu acho que não vou conseguir. C2 (08 anos de instituição)

Fica explícito nos relatos acima, o desejo de ter um futuro diferente das mães. Durante a pesquisa foi notória a preocupação dos institucionalizados em demonstrar que seguirão um caminho diferente, o que, conforme Torres, denota o impacto que o aprisionamento causa ao relatar a necessidade que possuem de construir um caminho diferente com seus próprios conhecimentos, desvinculando da experiência vivida por seus pais no contexto prisional<sup>(63)</sup>. Corroborando com os resultados acima, Abrão evidenciou um repúdio das crianças com relação ao passado dos pais e o desejo em percorrer um caminho diferente<sup>(100)</sup>. Desta forma, a escola surge como um instrumento que possibilitará alcançar esse objetivo, sendo um importante meio de lhes garantir o futuro.

A escola representa a minha vida. Ah, sei lá! Ela ensina muitas coisas boas, contas que não sabia, ler que eu não sabia, escrever que eu não sabia, mas graças a Deus eu já sei ler e escrever e fazer conta. A1 (07 anos de instituição)

O depoimento de A1 ilustra a satisfação dos ganhos obtidos através da escola, como ler, escrever e fazer conta. Apesar de a escola representar um ambiente com normas e rotinas, existe uma associação da importância do saber que está intrincado com a escola, do sentimento de pertencimento a uma sociedade e a representação social que os ganhos obtidos através da escola significam<sup>(63)</sup>.

No processo de análise dos resultados, verificou-se que sete dos nove institucionalizados deste estudo apresentam atraso escolar. Essa constatação foi possível porque a idade dos participantes não corresponde à série esperada, o que contrapõe com o discurso dos institucionalizados que a escola representa uma possibilidade de futuro e de melhora de vida para auxiliar os familiares. Como relata A4 “que tem que pensar nos estudos, em ajudar a família. Por isso quero ser médica” e A1, ao relatar que “deseja ser bailarino para ajudar a família”. Através do diário de campo a representação da escola surge também como uma oportunidade para o aprendizado e de futuro na fala dos colaboradores da instituição. Esta circunstância aventa a hipótese de que estejam reproduzindo o que escutam e não necessariamente como percebem a escola.

Outro fato identificado no processo de análise foi o baixo rendimento que pode ser um dos fatores do atraso escolar e, de acordo com relato da colaboradora T2, ações como



campeonato de tabuada e de redação são desenvolvidas para estimular o interesse aos estudos e conseqüentemente melhorar os resultados.

Não sei mais o que fazer para estimular o aprendizado. Faço de tudo para conseguir melhorar o rendimento, mas poucos têm interesse.

O baixo rendimento escolar encontrado nesta pesquisa corrobora com achados de Stella que associou o baixo aproveitamento escolar ao envolvimento da criança ou adolescente em questões relacionadas ao aprisionamento, não tendo interesse para os estudos, além da ausência de acompanhamento<sup>(109)</sup>. Pesquisas suscitam várias hipóteses como a ausência da família no processo de aprendizagem, mudança de escola e de casa, vergonha da mãe, associação de atitudes preconceituosas e excludentes dos profissionais das escolas e da comunidade e dificuldade de relacionamento. Além disso, muitos apresentam problemas sociais e intelectuais, fatores perinatais, genéticos, experiência de pré-institucionalização e ambiente ou estímulo inadequados que podem interferir no desempenho<sup>(21-24,49,106)</sup>.

Charlot defende que não se pode fazer uma relação do passado da criança com o insucesso na escola, assim como não se pode deduzir sobre o futuro porque eles possuem capacidade de redirecionar suas vidas<sup>(105,106)</sup>. Para Rosseti e colaboradores, nos casos de baixo rendimento escolar ou dificuldade de aprendizado, o que se faz necessário é analisar os contextos dentro e fora da escola para identificar o que ocorre<sup>(97)</sup>. Nesse viés, a experiência prolongada de acolhimento aumenta a responsabilidade da instituição em proporcionar aquisição de conhecimentos, competências e habilidades para os institucionalizados superarem as dificuldades e recai sobre os cuidadores a obrigação do aprimoramento constante para ofertar um serviço de qualidade<sup>(103)</sup>.

A escola sempre entra em contato com a gente quando percebe alguma alteração do comportamento. T2

Por reconhecer que a família e a escola são dois importantes contextos de desenvolvimento<sup>(40,110)</sup> e visar um serviço de qualidade, é imprescindível existir uma ligação entre os microsistemas escola/família/abrigo e que esta ligação não exista somente quando ocorrer casos de indisciplina e/ou insucesso escolar<sup>(110)</sup> como relatou T2.

Nesse âmbito, o CONANDA/CNAS determina que a casa de acolhimento mantenha um canal de comunicação com a escola para acompanhamento do desempenho escolar, desenvolva ações que conscientizem e sensibilizem os professores e funcionários da escola e estimule o envolvimento da família de origem ou extensa em reuniões e eventos escolares<sup>(19)</sup> garantindo assim a manutenção dos vínculos familiares e comunitários como preconiza o ECA<sup>(6)</sup>.

## 6 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS

O presente estudo teve como vantagem ampliar o conhecimento acerca da situação de filhos de mães privadas de liberdade que, mediante o encarceramento materno, acabam sendo institucionalizados. Como limitações, citam-se o fato de não ter entrevistado os trabalhadores da casa de acolhimento e a escassez de literatura sobre a temática, filhos de mães privados de liberdade, ainda muito incipiente no contexto acadêmico científico, o que não possibilitou uma maior análise comparativa da população de crianças e adolescentes com genitoras em situação de privação de liberdade.

Na perspectiva de estudos futuros, sugere-se também como instrumento metodológico, a utilização de desenho expressivo, uma vez que se constitui como importante instrumento para o desenvolvimento imaginativo e cognitivo do ser humano, especialmente de crianças, permitindo revelar mais sobre seus sentimentos e percepções “posto que se relaciona intrinsecamente com o mundo através de representações gráficas de objetos e coisas ao seu redor” (2014, p.202)<sup>(74)</sup>.

Apesar disso, nessa pesquisa foi possível evidenciar que a permanência na instituição é devido à situação socioeconômica dos familiares e não devido à causa inicial, visto que as mães encontravam-se em liberdade; e que, apesar do grande desejo de voltar para família, as crianças e adolescentes preferem permanecer institucionalizados devido a segurança que a casa de acolhimento oferece. Portanto, são necessários mais estudos sobre filhos de mães privadas de liberdade, a fim de dar visibilidade à sociedade sobre a repercussão que o encarceramento traz para essa população. Da mesma forma, é necessário realizar pesquisas com as genitoras e os egressos a fim de conhecer melhor as circunstâncias que envolvem aqueles que vivem a privação de liberdade da genitora para que sejam instituídas políticas públicas específicas e mais efetivas no direcionamento e apoio as crianças ou adolescentes que vivenciam esse contexto, bem como capacitações e acompanhamento dos cuidadores que estão inseridos nessa circunstância.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar a experiência de filhos de mães privadas de liberdade em uma casa de acolhimento com relação ao cotidiano e as relações estabelecidas com os cuidadores, com outras crianças e adolescentes, além de com a família, escola e comunidade. Para tanto, foram entrevistados nove institucionalizados que residem em uma casa de acolhimento devido à privação de liberdade materna.

Assim, a experiência de compartilhar desses momentos permitiu inferir que a diferença de idade entre os participantes, de gênero ou de tempo de institucionalização não repercutiu nos resultados obtidos e que a rotina se constitui um evento marcante no dia a dia das crianças e adolescentes institucionalizados. Isto configura um fator positivo por remeter à disciplina e ao cuidado. Por outro lado, como fator negativo, aponta-se a falta de atenção com as individualidades ao proporcionar uma assistência massificada. Outro ponto detectado foi como o ambiente institucional é segregador e marcado por estigmas e preconceitos, que nessa pesquisa é duplo, por se tratar de filhos de mães privadas de liberdade e institucionalizados.

No contexto das relações estabelecidas foi percebida uma complexibilidade nas relações vivenciadas. Na casa de acolhimento, os institucionalizados conseguem estabelecer vínculos com os cuidadores, apesar do convívio estar pautado em normas e rotina. Já no que diz respeito aos pares, a relação é superficial e disputas são geradas pela busca da atenção dos adultos ou por algum ganho material. Quando se amplia a questão para o âmbito escolar, essa surge de maneira positiva e como única forma de relação constituída com a comunidade, configurando-se como exclusiva e principal forma de socialização.

Nesse mergulho como pesquisadora foi verificado o conflito vivenciado pelas crianças e adolescentes quando o assunto em questão é família. Seu maior desejo é poder viver com os familiares e, algum dia, poder ajudá-los. Porém, diante da situação de vulnerabilidade vivenciada antes do aprisionamento da genitora, da situação socioeconômica dos familiares e do receio de ter o mesmo destino das mães, as crianças e adolescentes preferem permanecer na casa de acolhimento a ficar com

suas famílias e desfrutar da garantia de moradia, comida, escola, segurança e de um futuro melhor. Este quadro é preocupante, pois os ganhos materiais e o medo superam o desejo e a vontade de poder viver com a família.

Diante dessa situação, urgem medidas públicas para o cumprimento da legislação que determina que o acolhimento não ultrapasse os dois anos, os vínculos familiares e comunitários sejam mantidos e essas famílias sejam incluídas em programas sociais a fim de que, a ausência de condição financeira não seja causadora da separação de uma criança ou adolescente do seio familiar.

Ainda nesse viés, deve-se ressaltar a necessidade da reformulação da assistência prestada e a importância capacitação dos profissionais que lidam com crianças e adolescentes institucionalizados, devido ao que representam para a construção da percepção que vão ter de si mesmos, da sociedade e para a interpretação do contexto que os envolvem.

A escassez de publicações sobre as situações que envolvem os filhos que possuem mães em situação de privação de liberdade demonstra a invisibilidade que essa população possui. Diante desse contexto, essa dissertação, enquanto produção científica, destina-se à interlocução com a comunidade acadêmica, mas dedica-se, sobretudo, aos gestores, profissionais e ao poder público e propõe um maior aprofundamento do estudo em outras dimensões, na tentativa de encontrar estratégias que venham a minimizar e sanar as dificuldades que essas crianças e adolescentes experienciam ao vivenciar a privação de liberdade da genitora.

## REFERÊNCIAS

1. Brasil. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Mulheres Junho de 2014. Departamento Penitenciário Nacional 2014. [Citado em 2017 ago 10]. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/noticias/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>.
2. Brasil. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen Dezembro de 2014. [Citado em 2017 ago 10]. Disponível em: [http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen\\_dez14.pdf](http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/documentos/infopen_dez14.pdf).
3. Glaze LE, Maruschak, LM. Parents in prison and their minor children. Whashington, DC. Bureau of Justice Statistics, 2008.
4. Brasil. Secretaria de administração Penitenciária. Censo Penitenciário. São Paulo. 2002. Disponível em: [www.sap.sp.br](http://www.sap.sp.br).
5. Stella C, Serqueira VC. Guarda de filhos de mulheres presas e a ecologia do desenvolvimento humano. Revista Eletrônica de Educação 2015; 9 (3): 379-394.
6. Brasil. Lei Federal n. 12010/2009. Estatuto da Criança e do Adolescente. 2009. [Citado em 2017 ago 09]. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm).
7. Brasil. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. [Citado em 2016 jun 08]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm).
8. Brasil. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Resolução nº 4 de 15/07/2009. [Citado em 2017 jul 06]. Disponível em: <http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112041>. Artigo 2 e artigo 5.
9. Brasil, Lei de Execução Penal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm) Acesso em 05/09/2016.
10. Brasil. Conselho Nacional de Justiça. Regras de Bangkok: Regras das Nações Unidas Para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras 2016. [Citado em 2016 dez 28]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>.
11. Simões VFN. Filhos do cárcere: limites e possibilidades de garantir os direitos fundamentais dos filhos das mulheres privadas de liberdade no Brasil. Porto Alegre: Núria Fabris, 2013

12. Santa Rita R. Mães e crianças atrás das grades: em questão o princípio da dignidade humana[dissertação]. Brasília. Universidade de Brasília. 2006.
13. Rizzini I, Rizzini I. A institucionalização de crianças no Brasil. Percursos históricos e desafios presentes. 2ª ed. Editora PUC Rio, 2004.
14. Brasil. Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990. Lei n. 8.069. [Citado em 2016 jun 19]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12010.htm#art2).
15. Souza, JC, Carvalho AMP. Repercussões do ambiente familiar alcoolista para o desenvolvimento da criança. *Pediatria Moderna*. 2010; 46 (3): 114-9.
16. Souza, JC, Carvalho AMP. Filhos Adultos de Pais Alcoolistas e seu Relacionamento na Família de Origem. *Saúde & Transformação Social*. Florianópolis; 2012; 3 (2):43-51.
17. Fundos das Nações Unidas para infância. UNICEF. Declaração dos direitos da criança. [Citado em 2004 jan 01]. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil>.
18. Brasil, Conselho Nacional de Justiça. [Citado em 2017 jun 03]. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/>
19. Brasil. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes, Conselho Nacional de Assistência Social. Orientações Técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília 2009. [Citado em 2016 abr 04]. Disponível em:  
<[http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancasadolescentes/programas/pdf/orientacao\\_estecnicas.pdf](http://www.sdh.gov.br/assuntos/criancasadolescentes/programas/pdf/orientacao_estecnicas.pdf)>.
20. Murray J, Farrington DP, Sekol I. Children's Antisocial Behavior, Mental Health, Drug Use, and Educational Performance After Parental Incarceration: A Systematic Review and Meta-Analysis. *Psychological Bulletin*. 2012; 138 (2):175–210.
21. Zeanah HC, Nelson CA, Fox NA, Smyke AT, Marshall P, Parker SW, Koga S. Designing research to study the effects of institutionalization on brain and behavioral development: The Bucharest Early Intervention Project. *Development and Psychopathology*, 15:885-907.  
<http://dx.doi.org/10.1017/S0954579403000452>. Acesso em 15/01/2016.
22. Feijó LP, Oliveira DS. Privações afetivas e relações de vínculo: psicoterapia de uma criança institucionalizada. *Contextos clínicos*. 2016; 9 (1): 72-85. DOI: 10.4013/ctc.2016.91.06.
23. Huebner BM, Gustafson R. The effect of maternal incarceration on adult offspring involvement in the criminal justice system. *Journal of Criminal Justice*. 2007; 35: 283–296.

24. Giagazoglou P, Koulious C, Sidiropoulou M, Fahantidou A. The effect of institutionalization on psychomotor development of preschool aged children. *Research in Developmental Disabilities* 2012; 33: 964-970.
25. Del Priore M. *História das Crianças no Brasil*. Editora Contexto, 2010.
26. Áries P. *A história Social da criança e da Família*. Tradução Dora Flaksman. Rio de Janeiro; Guanabara, 1981.
27. Marcilio ML. A roda dos expostos na História do Brasil. 1726 - 1950. In: Freitas, MC (org). *História Social da Infância no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2009, p. 53 - 79.
28. Arantes EMM, *Arquivo e Memória sobre a Roda dos Expostos do Rio de Janeiro, Pesquisas e Práticas Psicossociais* 2010; 5(1).
29. Rizzini I, Pilotti F. *A arte de governar crianças*. Editora Cortez, 2011.
30. Rizzini I. *O Século Perdido*. Editora Cortez, 2011.
31. Nascimento ML, Cunha FL, Vicente LMD. Desqualificação da família pobre como prática de criminalização da pobreza. *Revista Psicologia Política* 2008; 14 (7).
32. Azevedo G, Sarat M. História da infância no Brasil: Contribuições do Processo Civilizador. *Educação e Fronteiras On-Line* 2015; 5 (13):32-45.
33. Siqueira AC. A garantia ao direito à convivência familiar e comunitária. *Estudos de Psicologia Campinas* 2012; 29 (3): 437-444.
34. Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público. *Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no país. Relatório da resolução nº 71/2011*. Brasília. 2013.
35. Silva ERA, Mello SG. "Um retrato dos abrigos para crianças e adolescentes da Rede SAC: características institucionais, forma de organização e serviços ofertados." *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil* 2004: 71-98.
36. Nascimento ML. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização. *Psicologia & Sociedade* 2012; 24: 39-44.
37. Glaser, D. Child abuse and neglect and the brain - A review *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 2000, 41(1):97-116.
38. Ferreira FPM. *Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais*. *Serv. Soc. São Paulo*, 117:142-168.
39. Assis SG, Farias LOP. *Levantamento nacional das crianças e adolescentes em serviço de acolhimento*. São Paulo: Hucitec Editora 2013.



40. Bronfenbrenner U. A Ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados, 2º reimpressão. Porto Alegre: Artes Médicas, 2005.
41. Xavier LB. A família brasileira em face da história e do direito; Revista Científica Jurídica 2016;(1):39-52.
42. Rocha PJ, Arpini DM, Savegnago SDO. Acolhimento institucional: percepções de familiares que o vivenciaram. Arquivos Brasileiros de Psicologia. 2015; Rio de Janeiro; 67 (1): 99-114.
43. Bowlby, J. Apego e perda: separação, angústia e raiva. São Paulo: Martins Fontes. 2004.
44. Spitz RA. O primeiro ano de vida. Rocha EM: tradução. São Paulo; Martins Fontes; 1998.
45. Winnicott DW. Privação e delinquência. São Paulo. Martins Fontes; 2012.
46. Geller A, Crosnoe R. Paternal Incarceration and Father–Child Contact in Fragile Families. Marriage Fam. 2013; 75(5): 1288–1303. doi:10.1111/jomf.12056.
47. Kosminsky EV, Pinto RB, Miyashiro SRG. Filhos de presidiários na escola: um estudo de caso em Marília-SP. São Paulo, Revista de Iniciação Científica da FFC 2005, 5;(1/2/3): 50-65.
48. Cavalcante LICM, Colino CMP, Ramos FA. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. Revista Mal-estar e subjetividade- Fortaleza 2007, VII (2-p): 329-352.
49. McCall RB. The consequences of early institutionalization: can institutions be improved? – should they? Child Adolesc Ment Health. 2013; 18(4). DOI:10.1111/camh.12025.
50. Nogueira PC, Costa LF. Mãe social: profissão? função materna? São Paulo. Periódicos Eletrônicos em Psicologia. 2005; 10 (19).
51. Siqueira AC, Dell’Aglia DD. Crianças e adolescentes institucionalizados: desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio social. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2010; 26(3): 407-15.
52. Vectore C, Carvalho C. Um olhar sobre o abrigo: A importância dos vínculos em contexto de abrigo. Psicologia Escolar e Educacional 2008; 12(2): 01-14.
53. Cavalcante LIC. Ecologia do cuidado: interações entre a criança, o ambiente, os adultos e seus pares em uma instituição de abrigo [dissertação]. Belém. Universidade Federal do Pará. Pará. 2008.

54. Zaccagnino M, Cussino M, Preziosa A, Veglia F, Carassa A. Attachment Representation in Institutionalized Children: A Preliminary Study the Child. Attachment Interview. Clin. Psychol. Psychother 2015; 22: 165–175.
55. Muadi MF, Mampunza S, Symann S, Habimana L, D’Hoore W, Malengreuf M et al. Attachement et développement des enfants abandonnés vivant en institution résidentielle à Kinshasa. Archives de Pédiatrie 2014;21:1159-1166.
56. Garcia SC, Brino RF, Williams LCA. Risco e resiliência em escolares: um estudo comparativo com múltiplos instrumentos. Psicologia da Educação 2009; (28): 23-50. Disponível em:  
[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-69752009000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752009000100003&lng=pt&nrm=iso).\*\*\*
57. Conzatti R, Mosmann C. Resiliência em crianças acolhidas: suas percepções sobre as adversidades. Psicologia em Revista 2015; 21 (2): 352-378. 54.
58. Siqueira AC, Betts MR, Dell’Aglia DD. A rede de apoio social e afetivo de adolescentes institucionalizados no sul do Brasil. Porto Alegre. Revista Interamericana de Psicologia. 2006; 40 (2):149-158.
59. Bronfenbrenner U. Bioecologia do desenvolvimento humano tornando os seres humanos mais humanos. Reimpressão. Porto Alegre. 2015.
60. Yunes MAM, Juliano MC. A Bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com educação ambiental. Pelotas, Caderno de Educação 2010: 347-379.
61. Sá SMP. A presença da pessoa com deficiência na família: com a palavra o irmão [tese] Salvador. Universidade Católica do Salvador. 2015.
62. Leme RBV, Del Prette ZAP, Koller SH, Del Prette A. Habilidades sociais e o modelo bioecológico do desenvolvimento humano: análise e perspectivas. Psicologia & Sociedade. Minas Gerais. 2016; 18 (1): 181-193.
63. Torres CROV. “Por um céu inteiro”: crianças, educação e sistema prisional [tese]. Salvador: Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2010.
64. Stella C. O impacto de encarceramento materno no desenvolvimento psicossocial do filho. Revista de Educação 2009;4(8):99-111.
65. Huebner BM, Gustafson R. The effect of maternal incarceration on adult offspring involvement in the criminal justice system. Journal of Criminal Justice. 2007; 35: 283–296.
66. Azambuja MRF. Os bebês filhos de mães que cumprem pena privativa de liberdade. Revista Gênero & Direito 2013;(1): 46-67.

67. Brasil. Lei Federal n.12962/2014. Estatuto da Criança e do Adolescente 2009. [Citado em 2017 jul 23]. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/L12962.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/L12962.htm).
68. Brasil. Ministério da Justiça. Política Nacional de Atenção à Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema do Sistema Prisional. [Citado em 2015 mar 25]. Disponível em:  
[http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/PPM/U\\_PT-INTERM-MJ-MSPM-210\\_160114.pdf](http://www.justica.sp.gov.br/StaticFiles/SJDC/ArquivosComuns/ProgramasProjetos/PPM/U_PT-INTERM-MJ-MSPM-210_160114.pdf)
69. Quaker United Nations Office. (2008). Children imprisoned by circumstance. Geneva, GE: Robertson O.
70. Minayo MCS. O desafio do conhecimento. Pesquisa qualitativa em saúde. 14ª edição Hucitec editora. 2010.
71. Bauer MW, Gaskell G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som, um manual prático. 10ª edição. Editora Vozes. 2012.
72. Andraus LMS, Minamisava RF, Munari DB. Comunicação com a criança no pré-operatório. *Pediatria Moderna*, 2004; 40 (6): 242-246.
73. Correia MCB. A observação participante enquanto técnica de investigação. *Pensar Enfermagem* 2009; 13 (2). [Citado em 2014 out 16]. Disponível em:  
<[http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009\\_13\\_2\\_30-36.pdf](http://pensarenfermagem.esel.pt/files/2009_13_2_30-36.pdf)>
74. Almeida CVA. A professora nos entremuros do cárcere [tese]. Salvador: Universidade do Estado da Bahia, Bahia, 2014.
75. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70 Ltda, 2009.
76. Cavalcante RB, Calixto P, Pinheiro MMK. Análise de Conteúdo: considerações gerais, relações com pergunta de pesquisa, possibilidades e limitações do método. *Inf. & Soc.:Est.* 2014; 24 (1): 13-18.
77. Triviños ANS. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2007.
78. Dessen MA, Silva Neto NA. Questões de família e desenvolvimento e a prática de pesquisa. *Psicologia: Teoria e Pesquisa.* 2009
79. Dallaire DH. Children with incarcerated mothers: Developmental outcomes, special challenges and recommendations. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 2007: 15–24.
80. Zem-Mascarenhas SH, Dupas G. Conhecendo a experiência de crianças institucionalizadas. São Paulo. *Rev Esc Enferm USP.* 2001; 35 (4): 413-9.
81. Albornoz AC. Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados. São Paulo. 2006; Casa do Psicólogo, 160 p.



82. Woortmann EF. Identidades e memórias entre teutos brasileiros: os dois lados do Atlântico. Porto Alegre. Horizontes Antropológicos. 2000; ano 6 (14): 205-238.
83. Vigotsky LS. A formação social da mente. São Paulo. Martins Fontes; 2010;30-50.
84. Piaget J. A construção real da criança. Rio de Janeiro: Zahar; 2006.
85. Cúnico SD, Arpini DM. A família em mudanças: Desafios para a paternidade contemporânea. Pensando Famílias; 2013; 17(1): 28-40.
86. Cúnico SD, Arpini DM. Família e monoparentalidade feminina sob a ótica de mulheres chefes de família. Aletheia; jan./ago. 2014; 43-44: 37-49.
87. Bowlby J. Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego. S. Monteiro tradução. Porto Alegre. Artes Médicas. 1989.
88. Winnicott DW. A família e o desenvolvimento individual. São Paulo: Martins Fontes, 4º ed; 2011; 129-138.
89. Cavalcante LIC, Silva SSC, Colino CM. Institucionalização e reinserção familiar de crianças e adolescentes. Revista Mal Estar e Subjetividade. Fortaleza. 2010; X (4); 1147-1172.
90. Trivellato AJ, Carvalho C, Vectore C. Escuta afetiva: possibilidades de uso em contextos de acolhimento infantil. Psicol. Esc. Educ 2013; 2 (17). doi.org/10.1590/S1413-85572013000200012.
91. Stela C. Filhos de mulheres presas: soluções e impasses para o seu desenvolvimento. São Paulo. LCTE editora. 2006.
92. Geller A, Crosnoe R. Paternal Incarceration and Father–Child Contact in Fragil Families. J Marriage Fam 2013; 75(5): 1288–1303. doi:10.1111/jomf.12056.
93. Golin G, Benetti SPC, Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. Psicologia: Teoria e Pesquisa 2013; 3 (29):241-248.
94. Arpini DM. Repensando a perspectiva institucional e a intervenção em abrigos para crianças e adolescentes. Psicologia: Ciência & Profissão, Brasília 2003; 21(3):70-75.
95. Magalhães CMC, Costa LN, Cavalcante LIC. Percepção de educadores de abrigo: o seu trabalho e a criança institucionalizada. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano 2011; 21(3): 818-831.
96. Siqueira AC, Dell’Aglio DD. O impacto da institucionalização na infância e na adolescência: revisão de literatura. Psicologia & Sociedade 2006; 18(1):71-80.

97. Rosseti-Ferreira MC, Almeida IG, Costa NRA, Guimarães LA, Mariano FN, Teixeira SCP et al. Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Situações de Abandono, Violência e Rupturas. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 2012; 25(2): 390-399.
98. Goffman E. Manicômios, prisões e conventos. São Paulo. 8ª ed. Perspectiva Editora. 2010.
99. Foucault M. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Trad. Raquel Ramallete. 39ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
100. Abrão MJ. As implicações do aprisionamento dos pais no exercício do direito à educação e à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em regime de abrigo na cidade de São Paulo [dissertação]. São Paulo. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2010.
101. Arpini DM, Quintana AM. Identidade, família e relações sociais em adolescentes de grupos populares. *Rev. Estudos de Psicologia, PUC-Campinas* 2003; 20(1): 27-36.
102. Quintães CRP. Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização [dissertação]. Universidade de Minho, Braga. Portugal. 2009.
103. More CLOO, Sperancetta A. Práticas de pais sociais em instituições de acolhimento de crianças e adolescentes. Florianópolis. *Psicologia & Saúde* 2010; 22(3): 519-528. [Citado em 2015 dez 05]. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822010000300012&lng=en&nrm=iso)>.
104. Coutinho MJ, Sani MI. Casa abrigo: a solução ou o problema? *Psicologia: Teoria e Pesquisa* 2010; 26 (4): 633-641.
105. Charlot, B. Os Jovens e o Saber: Perspectivas Mundiais. Porto: Artmed Editora. 2001.
106. Charlot B. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
107. Santos AO, Junqueira AMR, Silva GN. A afetividade no processo de ensino e aprendizagem: diálogos em Wallon e Vygotsky. *Perspectivas em Psicologia* 2016; 20 (1):86 – 101.
108. Ornellas MLS. Representação social do aluno na sala de aula e seu estilo de no ato de aprender. *Educação & Linguagem* 2012; 15 (25):119-133. [Citado em 2016 out 12]. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/328/364>>.

109. Stella C. Aprisionamento materno e escolarização dos filhos. *Revista Semestral de Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional* 2009; 13 (1): 21-18.
110. Bagarollo MF, Oliveira EC. Crianças que não aprendem: histórias não contadas. *Journal of Research in Special Educational Needs* 2016;16 (1): 328–331.doi: 10.1111/1471-3802.12155.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

 <p><b>UNEB</b></p>  <p><b>PÓS</b> GRADUAÇÃO Pesquisa e Extensão <b>BAHIANA</b> ESCOLA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA</p>	<p align="center"><b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b> DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA BACHARELADO EM ENFERMAGEM</p> <hr/> <p align="center"><b>ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA</b> PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO</p> <hr/> <p>E-mail dos responsáveis pela pesquisa:  <a href="mailto:taniaenf@uol.com.br">taniaenf@uol.com.br</a>; <a href="mailto:eafneto@gmail.com">eafneto@gmail.com</a>; <a href="mailto:gleideenf@gmail.com">gleideenf@gmail.com</a>;  <a href="mailto:sarynha_ms@hotmail.com">sarynha_ms@hotmail.com</a>; <a href="mailto:emilejanaina@gmail.com">emilejanaina@gmail.com</a>;  <a href="mailto:lucasgama.ps@hotmail.com">lucasgama.ps@hotmail.com</a>.</p> <p>Coordenação da pesquisa e pesquisadores: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Tânia Christiane Ferreira Bispo, Prof<sup>a</sup> Mestre Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira, Prof<sup>o</sup> Mestrando Ezequiel Araújo Ferreira Neto.  (Graduandos) <i>Émile Janaina</i> da Silva Meneses, Lucas Gama Passos Silva, Sara Moreira dos Santos.</p>
--	---

#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

#### DESTINADO AO PAIS OU RESPONSÁVEL LEGAL

Seu filho \_\_\_\_\_ está sendo convidado (a) para participar, como voluntário(a) do Projeto de Iniciação Científica e Extensão sob o título “NASCER E CRESCER ATRÁS DAS GRADES: Um olhar sobre a criança e o adolescentes no contexto prisional”. O propósito da pesquisa é analisar a vivência de crianças e adolescentes filhos de presidiárias acerca da creche no complexo penitenciário. O motivo que nos leva a estudar esse assunto se mostra por configurar o presídio como um campo importante de estudo, diminuindo a lacuna existente na literatura, orientar políticas públicas e fomentar discussões sobre a situação vivenciada por filhos de mães privadas de liberdade. Além de conduzir os profissionais de Saúde a reflexão sobre a questão. Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Atividades de aproximação, entrevistas semi-estruturadas, análise documental, Grupo focal com as adolescentes e serão preenchidos formulários contendo dados gerais de identificação, seguidos de informações sócio-econômicas e dados referentes a antecedentes pessoais e situação de saúde. A participação nesta pesquisa é voluntária e a qualquer momento seu filho pode recusar-se sem nenhuma penalidade ou mudança na forma que é atendido(a) pelo pesquisador que manterá o sigilo de sua identidade. A participação de seu filho, não acarretará nenhum preconceito, discriminação ou desigualdade social. A utilização dos dados coletados será utilizada apenas neste estudo, podendo ser divulgado em eventos e/ou revistas

científicas, sendo que, em qualquer publicação, porém o nome do seu filho não será revelado. Seu filho não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. A participação dele neste estudo necessita de autorização e assinatura deste termo de consentimento pelo responsável. Todas as dúvidas que você tiver em relação à pesquisa ou à participação de seu filho, serão respondidas pelo pesquisador a qualquer momento. Este termo está de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que protege os direitos dos seres humanos em pesquisas.

Eu \_\_\_\_\_ li as informações acima e recebi explicações sobre o projeto. Assumo a participação de meu filho, ciente de que posso retirar meu consentimento e interrompê-lo a qualquer momento, sem penalidade. Ao assinar este termo, não estou desistindo de quaisquer direitos meus. Uma cópia deste termo me foi entregue.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Assinatura do responsável

---

Assinatura do pesquisador

*Em caso de dúvidas você poderá consultar:*

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - UNEB

E-mail:



FONE: (071) 3117-2445

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

CONTATO:



## APÊNDICE 2 – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

 <p><b>UNEB</b></p> 	<p align="center"><b>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</b> DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA VIDA BACHARELADO EM ENFERMAGEM</p> <hr/> <p align="center"><b>ESCOLA BAHIANA DE MEDICINA E SAÚDE PÚBLICA</b> PÓS-GRADUAÇÃO PESQUISA E EXTENSÃO</p> <hr/> <p>E-mail dos responsáveis pela pesquisa:  <a href="mailto:taniaenf@uol.com.br">taniaenf@uol.com.br</a>; <a href="mailto:eafneto@gmail.com">eafneto@gmail.com</a>; <a href="mailto:gleideenf@gmail.com">gleideenf@gmail.com</a>;  <a href="mailto:sarynha_ms@hotmail.com">sarynha_ms@hotmail.com</a>; <a href="mailto:emilejanaina@gmail.com">emilejanaina@gmail.com</a>;  <a href="mailto:lucasgama.ps@hotmail.com">lucasgama.ps@hotmail.com</a>.</p> <p>Coordenação da pesquisa e pesquisadores: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Tânia Christiane Ferreira Bispo, Prof<sup>ª</sup> Mestre Gleide Regina de Sousa Almeida Oliveira, Prof<sup>º</sup> Mestrando Ezequiel Araújo Ferreira Neto.  (Graduandos) <i>Émile Janaina</i> da Silva Meneses, Lucas Gama Passos Silva, Sara Moreira dos Santos.</p>
--	---

### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

1. Você está sendo convidado(a) para participar, como voluntário(a), do Projeto de Iniciação Científica e Extensão sob o título “NASCER E CRESCER ATRÁS DAS GRADES: Um olhar sobre a criança e o adolescentes no contexto prisional”. O propósito da pesquisa é analisar a vivência de crianças e adolescentes filhos de presidiárias acerca da creche no complexo penitenciário. O motivo que nos leva a estudar esse assunto se mostra por configurar o presídio como um campo importante de estudo, diminuindo a lacuna existente na literatura, orientar políticas públicas e fomentar discussões sobre a situação vivenciada por filhos de mães privadas de liberdade. Além de conduzir os profissionais de Saúde a reflexão sobre a questão. Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): Atividades de aproximação, entrevistas semi-estruturadas, análise documental, grupo focal com as adolescentes e serão preenchidos formulários contendo dados gerais de identificação, seguidos de informações sócio-econômicas e dados referentes a antecedentes pessoais e situação de saúde. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e a qualquer momento você pode recusar-se sem nenhuma penalidade ou mudança na forma que é atendido(a) pelo pesquisador que manterá o sigilo de sua identidade. Sua participação neste estudo necessita de autorização e assinatura mediante um termo de consentimento pelo seu responsável. A utilização dos dados coletados serão utilizados apenas neste estudo, podendo ser divulgado em eventos e/ou revistas científicas, sendo que, em qualquer publicação você não será identificado. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Qualquer esclarecimento será feito sempre que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O seu responsável poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação nesta pesquisa a qualquer momento. Este estudo apresenta risco mínimo, isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar,

tomar banho, ler etc. Apesar disso, o direito para ressarcimento ou indenização é assegurado, se houver danos produzidos pela pesquisa. Na finalização desta pesquisa os resultados estarão a sua disposição. Este termo está de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, que protege os direitos dos seres humanos em pesquisas. Este termo encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra ficará com você.

Eu \_\_\_\_\_, portador(a) do documento de Identidade \_\_\_\_\_ aceito participar da pesquisa (QUANDO A VIDA COMEÇA DIFERENTE: Percepção de crianças e Adolescentes acerca do ambiente prisional), que tem o objetivo de compreender a vivência de crianças e adolescentes filhos de presidiárias acerca da creche no complexo penitenciário. Fui esclarecida quanto às coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Estou ciente que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e ninguém ficará desapontado. Os pesquisadores esclareceram todas as minhas dúvidas e pediram autorização dos meus responsáveis. Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Salvador, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO MENOR

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO(A)  
PESQUISADOR(A)

*Em caso de dúvidas você poderá consultar:*

CEP- COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA -  
UNEB

FONE: (071) 3117-2445

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:

CONTATO:

E-mail:

## APÊNDICE 3 – Roteiro para entrevista Semi-estrutura

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

#### Dados Pessoais

1. Nome:
2. Idade:
3. Naturalidade:
4. Cor/raça ( ) Branca ( ) Preta ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Indígena
5. Escolaridade:
6. Religião:
7. Tempo na instituição:

1. Conte-me sobre a sua vida.
2. Como foi sua chegada à casa de acolhimento?
3. Como era sua vida antes de chegar a essa casa?
4. Como é seu dia a dia?
5. O que a escola representa na sua vida?
6. Como é o relacionamento com seus colegas da casa de acolhimento, da comunidade e da escola?
7. Como é a relação com sua família?
8. Como você se relaciona com a equipe (cuidadores, profissionais e diretora) da casa de acolhimento?
9. Qual a sua expectativa de futuro (projetos)?

## APÊNDICE 4 – Roteiro para observação participante

### ROTEIRO PARA OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

Pesquisa:

**Filhos de mães privadas de liberdade: a vivência em uma casa de acolhimento.**

Pesquisadora: Sílvia Cátia Rodrigues Gonçalves

Orientador: Prof. Dr. Tânia Christiane Ferreira Bispo

DATA:

LOCAL:

INÍCIO:

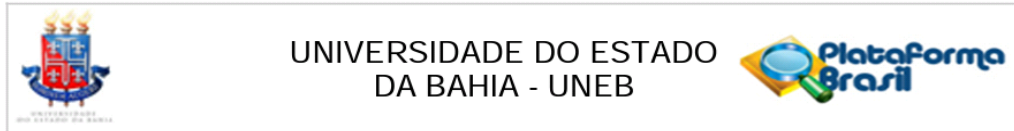
TÉRMINO:

SEXO:

Observação de campo	Comentários do observador
Como se dá a relação entre os cuidadores, profissionais com as crianças?	
Como é a relação das crianças com seus pares?	
<b>Produção discursiva:</b> conteúdos das palavras, frases, gestos, emoção na relação entre as crianças e a equipe da casa de acolhimento. Observar reciprocidade, equilíbrio de poder e afetividade.	
Como é a rotina da casa de acolhimento?	
Como é o ambiente?	
Como as crianças e adolescentes tem lazer na casa de acolhimento?	

## ANEXOS

## ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP



**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP**

**DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

**Título da Pesquisa:** Nascer e crescer atrás das grades: um olhar sobre a criança e o adolescente no contexto prisional

**Pesquisador:** Tania Christiane Ferreira Bispo

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 49996915.4.0000.0057

**Instituição Proponente:** Universidade do Estado da Bahia

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

**DADOS DO PARECER**

**Número do Parecer:** 1.446.908

**Apresentação do Projeto:**

Projeto de pesquisa do Núcleo de Pesquisa Saúde e Violência – NUPESV do curso de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia. Trata-se de um Projeto de pesquisa-ação de caráter exploratório, descritivo e abordagem qualitativa que surgiu diante da necessidade de ampliação dos espaços que promovam articulação entre os pilares da Universidade - Ensino, Pesquisa e Extensão - com as Políticas e Programas do Ministério da Saúde.

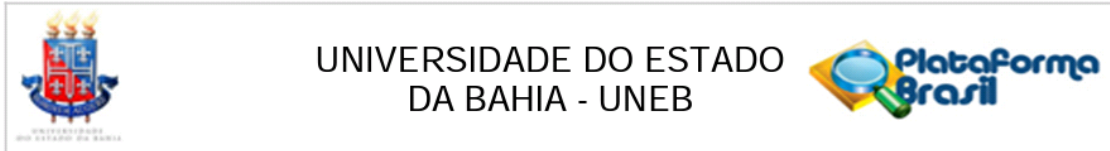
A pesquisa exploratória descritiva com delineamento qualitativo é o método aquele capaz de incorporar a questão do significado e da intencionalidade como inerentes aos atos, às relações e estruturas sociais. A pesquisa é, assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade Minayo (1996).

O locus para o desenvolvimento desta pesquisa será o Abrigo Nova semente, que faz parte do Complexo Penitenciário feminino da Mata Escura da cidade do Salvador/BA, por compreender que esta localidade possibilita uma maior aproximação com o público alvo do estudo. Os participantes da pesquisa serão Crianças, Adolescentes, as mães presidiárias ou o responsável legal pela criança.

**Objetivo da Pesquisa:**

Objetivo Primário:

<b>Endereço:</b> Rua Silveira Martins, 2555	<b>CEP:</b> 41.195-001
<b>Bairro:</b> Cabula	
<b>UF:</b> BA	<b>Município:</b> SALVADOR
<b>Telefone:</b> (71)3117-2445	<b>Fax:</b> (71)3117-2415
	<b>E-mail:</b> cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 1.446.908

Analisar a vivência de crianças, adolescentes e mulheres presidiárias acerca da creche no complexo penitenciário.

**Objetivo Secundário:**

Caracterizar crianças e adolescentes que vivem na creche vinculada ao presídio; Descrever a percepção das mães presidiárias acerca da permanência do seu filho na creche; Relatar a percepção de crianças e adolescentes acerca da permanência na creche no sistema penitenciário;

Desvelar o tipo de relação que se estabelece entre as crianças, adolescentes, as mães presidiárias e os profissionais do sistema prisional;

Compreender o funcionamento da creche no sistema penitenciário.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

A pesquisadora descreve com conhecimento e cumpre a orientação para a eticidade indicada nas normativas.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa relevante e exequível.

A metodologia proposta bem como os critérios de inclusão e exclusão e cronograma são compatíveis com os objetivos propostos no projeto.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

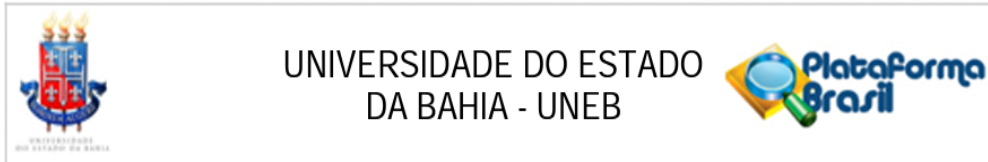
As declarações apresentadas são condizentes com as Resoluções que norteiam a pesquisa envolvendo seres humanos. Os pesquisadores envolvidos com o desenvolvimento do projeto apresentam declarações de compromisso com o desenvolvimento do projeto em consonância com a Resolução 466/12 CNS/MS, bem como com o compromisso com a confidencialidade dos participantes da pesquisa e as autorizações das instituições proponente e coparticipante.

O TCLE apresentado possui uma linguagem clara e acessível aos participantes da pesquisa e atende ao disposto na resolução 466/12 CNS/MS contendo todas as informações necessárias ao esclarecimento do participante sobre a pesquisa bem como os contatos para a retirada de dúvidas sobre o processo

**Recomendações:**

Recomendamos ao pesquisador atenção aos prazos de encaminhamento dos relatórios parcial e/ou final. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555  
**Bairro:** Cabula **CEP:** 41.195-001  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3117-2445 **Fax:** (71)3117-2415 **E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 1.446.908

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos participantes, respeitando os princípios da autonomia, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Após a análise com vista à Resolução 466/12 CNS/MS o CEP/UNEB considera o projeto como APROVADO para execução, tendo em vista que apresenta benefícios potenciais a serem gerados com sua aplicação e representa risco mínimo aos sujeitos da pesquisa tendo respeitado os princípios da autonomia dos participantes da pesquisa, da beneficência, não maleficência, justiça e equidade. Informamos que de acordo com a Resolução CNS/MS 466/12 o pesquisador responsável deverá enviar ao CEP- UNEB o relatório de atividades final e/ou parcial anualmente a contar da data de aprovação do projeto.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_583102.pdf	29/02/2016 20:21:22		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao.pdf	01/12/2015 16:08:22	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_Creche.pdf	09/10/2015 16:06:06	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Autorizacao_presidio.pdf	09/10/2015 16:02:53	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Outros	TermoDeConcordancia.jpg	09/09/2015 20:58:18	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	09/09/2015 20:53:15	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Declaração de Pesquisadores	confidencialidade.jpg	09/09/2015 20:47:04	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeConsentimento.pdf	04/09/2015 21:59:59	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento /	TermoDeAssentimento.pdf	04/09/2015 21:59:32	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555

**Bairro:** Cabula

**CEP:** 41.195-001

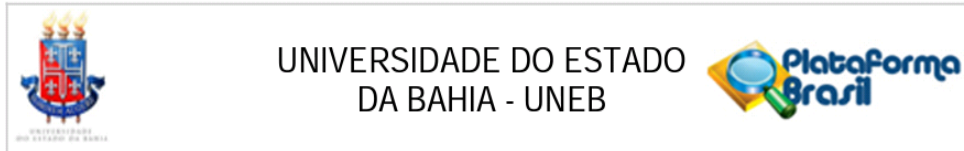
**UF:** BA

**Município:** SALVADOR

**Telefone:** (71)3117-2445

**Fax:** (71)3117-2415

**E-mail:** cepuneb@uneb.br



Continuação do Parecer: 1.446.908

Justificativa de Ausência	TermoDeAssentimento.pdf	04/09/2015 21:59:32	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermoDeConsentimento.pdf	04/09/2015 21:50:14	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoDETALHADO.pdf	04/09/2015 21:37:18	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TermoDeCompromissoDoOrientador.jpg	03/09/2015 20:28:34	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	TermoDeAutorizacao.jpg	03/09/2015 20:26:16	Tania Christiane Ferreira Bispo	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SALVADOR, 11 de Março de 2016

---

**Assinado por:**  
**Aderval Nascimento Brito**  
**(Coordenador)**

**Endereço:** Rua Silveira Martins, 2555  
**Bairro:** Cabula **CEP:** 41.195-001  
**UF:** BA **Município:** SALVADOR  
**Telefone:** (71)3117-2445 **Fax:** (71)3117-2415 **E-mail:** cepuneb@uneb.br